

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENVELHECIMENTO HUMANO

**Vida e trabalho em uma perspectiva longa: atenção aos
trabalhadores autônomos**

Yasmine Komerroski Anusz

Passo Fundo

2014

Yasmine Komeroski Anusz

Vida e trabalho em uma perspectiva longaeva: atenção aos trabalhadores autônomos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Envelhecimento Humano.

Orientadora:

Profa. Dra. Cleide Fátima Moretto

Coorientadora:

Profa. Dra. Helenice de Moura Scortegagna

Passo Fundo

2014

CIP – Catalogação na Publicação

- A627v Anusz, Yasmine Komerowski
Vida e trabalho em uma perspectiva longa : atenção
aos trabalhadores autônomos / Yasmine Komerowski Anusz.
– 2014.
[93] f. : il. color. ; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado em Envelhecimento Humano) –
Universidade de Passo Fundo, 2014.
Orientadora: Profa. Dra. Cleide Fátima Moretto.
Coorientadora: Profa. Dra. Helenice de Moura
Scortegagna.
1. Envelhecimento. 2. Saúde do trabalhador. 3.
Longevidade. I. Moretto, Cleide Fátima, orientadora. II.
Scortegagna, Helenice de Moura, coorientadora. III.
Título.

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação:

“Vida e trabalho em uma perspectiva longa: atenção aos trabalhadores autônomos”

Elaborada por

YASMINE KOMEROSKI ANUSZ

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
“Mestre em Envelhecimento Humano”

Aprovada em: 09/06/2014
Pela Banca Examinadora


Prof.ª. Dr.ª. Cleide Fátima Moretto
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora


Prof.ª. Dr.ª. Helenice de Moura Scortegagna
Coorientadora – UPF/ppgEH


Prof.ª. Dr.ª. Marilene Rodrigues Portella
Universidade de Passo Fundo – UPF/ppgEH


Prof. Dr. Jandir Pauli
Faculdade Meridional - IMED


Prof. Dr. Nadir Antônio Pichler
Universidade de Passo Fundo – UPF/ppgEH


Prof. Dr. Agostinho Both
Universidade de Passo Fundo – UPF

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu amor e companheiro de todas as horas Armando Acauan da Cruz e aos meus pais Luiza Komerowski e Ricardo Martins Anusz pelo papel fundamental que tiveram na minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que de certa forma contribuíram para a construção desse estudo e que me auxiliaram de alguma forma. Em especial ao meu marido pela confiança e paciência. A minha família querida e aos meus amigos que são a família que a gente escolhe. Em especial as amigas e colegas de mestrado, Ciana Minuzzi Gaike Biulchi, Ana Paula Pillatt e Sibeles Zanin e a minha amiga e professora de inglês, Mariana Reinisch Picolotto.

A instituição de ensino Universidade de Passo Fundo, mais especificamente ao Programa de Pós-graduação de Envelhecimento Humano. A todos os professores e funcionários do programa, em especial as minhas orientadoras Cleide Fátima Moretto e Helenice Moura Scortegagna e a secretária Rita De Marco.

Aos trabalhadores autônomos que aceitaram participar da pesquisa e disponibilizaram seu precioso tempo em prol de um bem maior.

Muito Obrigada!

RESUMO

ANUSZ, Yasmine Komerowski. **Vida e trabalho em uma perspectiva longaeva: atenção aos trabalhadores autônomos.** 2014. [93] f. Dissertação (Mestrado em Envelhecimento Humano) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

Os trabalhadores autônomos possuem como característica marcante a sua autonomia frente suas questões de trabalho, o que condiciona, muitas vezes, a ausência de redes de apoio que proporcionem suporte e cuidados para essa categoria. Questiona-se quais as implicações de viver e envelhecer para esses trabalhadores. O estudo teve como objetivo compreender as implicações de ser um trabalhador autônomo no processo de viver e envelhecer na perspectiva desse profissional. Adotou uma abordagem qualitativa com caráter exploratório e descritivo, desenvolvida com trabalhadores autônomos. Os sujeitos foram selecionados de acordo com critérios de inclusão, quais sejam, serem trabalhadores autônomos, excetuando os profissionais liberais, residirem no município de Passo Fundo (RS), possuírem idades entre 30 e 59 anos, que atuassem há pelo menos um ano, somente como autônomos e que aceitassem participar voluntariamente da pesquisa. Dessa forma, foram entrevistados 14 trabalhadores autônomos, seguindo um roteiro norteador, as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Para interpretação dos dados utilizou-se como técnica o método de análise de conteúdo. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo mediante. Os resultados encontrados nesta pesquisa estão descritos na Produção Científica I intitulada Perspectivas de trabalhadores autônomos sobre seu viver e envelhecer, apresentados nesta dissertação. Salienta-se que houve um recorte para a realização deste estudo de acordo com o objetivo apresentado, entretanto os dados coletados subsidiam outro estudo, que irá abordar as implicações de ser autônomo na perspectiva desses trabalhadores.

Palavras-chave: 1. Envelhecimento. 2. Saúde do trabalhador. 3. Longevidade. 4. Atitude frente a saúde. 5. Trabalho.

ABSTRACT

ANUSZ, Yasmine Komerowski. **Life and work from a lifespan perspective: attention to the autonomous workers.** 2014. [93] f. Dissertação (Mestrado em Envelhecimento Humano) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2014.

The Self-employed workers have as a striking characteristic their autonomy toward their work issues. This come to determine, in many times, a lack of network supporting, which could provide support and care to this work category. In this context, a question emerges: What are the implications of living and aging for these workers? The aim of this work was to understand how the self-employed workers perceive the implications of process of living and aging as self-employed. It was adopted a qualitative approach with exploratory and descriptive nature. The selection for the people for this research was done according to the inclusion criteria, which are: to be a self-employed workers, but not liberal professions; to be a Passo Fundo (RS) resident; to be between 30 and 59 years old; to have worked at least a year as self-employed; and to accept to be a voluntarily participant in this research. Thus, fourteen self-employed workers were interviewed according to a guiding script. The interviews were recorded and transcribed fully. For the interpretation of the data, it was used the method of content analysis. This study has been approved by the Research Ethics Committee of the University of Passo Fundo. The results found in this research are described in the Scientific Production I entitled “The perspectives for self-employed workers on their living and aging”, presented in this master’s thesis. In order to develop this study, it was segmented accordingly to the objective presented. However the data collected support another study, which will approach the implications of being autonomous in the perspective of those workers.

Key words: 1. Aging. 2. Worker’s Health. 3. Longevity. 4. Performance Toward Health. 5. Work.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PRODUÇÃO CIENTÍFICA I	16
	PERSPECTIVAS DE TRABALHADORES AUTÔNOMOS SOBRE O SEU VIVER E ENVELHECER	16
2.1	<i>Introdução</i>	18
2.2	<i>Método</i>	20
2.3	<i>Resultados e discussão</i>	22
2.4	<i>Considerações finais</i>	37
2.5	<i>Referências</i>	38
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
	REFERÊNCIAS	44
	ANEXOS	48
Anexo A.	<i>Parecer Comitê de Ética</i>	49
Anexo B.	<i>Comprovante de submissão</i>	52
	APÊNDICES	54
Apêndice A.	<i>Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</i>	55
Apêndice B.	<i>Projeto de pesquisa</i>	58

1 INTRODUÇÃO

O crescimento do setor informal na economia, conforme Tiryak (2008), é um fenômeno observado não apenas no Brasil, ou em países em desenvolvimento, mas sim na maioria dos países. Os trabalhadores autônomos, além de pertencerem a esse setor, constituem uma parcela considerável do mercado de trabalho.

Holzmann (2013) acrescenta que a presença significativa desses trabalhadores, e por longo período, entre os ocupados do País, os compõe como uma categoria constitutiva da organização da produção de bens e de serviços e do mercado de trabalho brasileiro. Além disso, a autora complementa que essa categoria configura-se de forma bastante heterogênea, no sentido das diferentes condições de inserção nesse mercado. Refere, também, que em torno de 80% desses trabalhadores não organiza sua vida profissional tendo em vista cercá-la de proteções asseguradas pela lei, o que acarreta na ausência de uma série de garantias.

Neri et al. (2007) apontam que, como os trabalhadores autônomos não possuem vínculo empregatício, podem decidir em participar ou não do sistema previdenciário, ou seja, não existe nenhum outro tipo de controle que incorpore esses indivíduos autônomos, cabendo a decisão de contribuir ou não exclusivamente a eles. Os autores ressaltam que o objetivo da Previdência Social é proteger o indivíduo contra situações adversas como doenças, invalidez, morte e velhice. Compreendem que este sistema funciona como um seguro, auxiliando nas situações que fogem do convencional, pois contemplam contribuições compulsórias, reunindo recursos a fim de oferecer uma série de benefícios, como seguro-desemprego, assistência à saúde, auxílio-maternidade, aposentadoria, entre outros. Porém, os autores levantam a hipótese que a não adesão desses trabalhadores ao Sistema Previdenciário Social, também pode ocorrer em função de existirem outras opções confiáveis no mercado, como os fundos de previdência privados, acabando assim com o monopólio do sistema público de previdência.

Entretanto, Mendes e Campos (2004) observam que certos benefícios, importantes para o trabalhador, estão atrelados à forma como esse se insere no mercado de trabalho, por exemplo, a proteção à saúde, o amparo na doença e no desemprego, o reconhecimento e a proteção para periculosidade, a insalubridade, o acidente de trabalho, a qualificação do ambiente de trabalho, entre outros. Para os autores, a ruptura do vínculo formal de trabalho, ou seja, como empregado, impacta obviamente na perda de todas essas condições para o trabalhador, que atuando na informalidade, como autônomo, por exemplo, encontra-se totalmente desprotegido, principalmente se não contribuir para previdência.

Além dessas questões econômicas e financeiras, entende-se que o autônomo ou trabalhador por conta própria possui características marcantes. Dentre elas, Holzmann (20013) identifica ser dono do seu tempo e do seu fazer profissional, patrão de si mesmo, gozando de presumida liberdade e autonomia frente a qualquer agente econômico, contrapondo quem trabalha sob o estatuto de assalariado e que deve se submeter à autoridade e à hierarquia da organização que está inserido e da produção de bens ou de serviços que o emprega. Assim, conclui que a autonomia que esse trabalhador, supostamente, goza é vista como vantagem frente ao trabalho subordinado dos empregados.

Entretanto, é importante ressaltar que frente a esse bônus de autonomia e liberdade que os autônomos possuem existe também o ônus, no sentido desses trabalhadores serem sozinhos e precisarem atentar para uma série de questões que o assalariado não necessita. Questões, estas, como organizar-se financeiramente, legalizar-se, fazer suas contribuições, economizar dinheiro para poder gozar férias, bem como arcar com possíveis gastos fora do orçamento, lidar com a variação do seu ganho, atualizar-se para se manter no mercado e, por fim, mas não menos importante, cuidar de si, pois o indivíduo autônomo é sua própria ferramenta de trabalho.

Assim, falar do trabalhador autônomo justifica-se pela peculiaridade das características que essa categoria de trabalhadores enquadra-se, pois são indivíduos com ocupações, ganhos, cuidados, entre outros, de inteira responsabilidade deles próprios. Assim, compreende-se que o viver e envelhecer desses trabalhadores depende muito de atitudes e posturas por eles assumidas, que podem impactar direta e significativamente no seu meio de sobrevivência.

Contextualizando os autônomos no acelerado processo de envelhecimento populacional que vem ocorrendo em vários países, inclusive no Brasil, como apontam Hein e Aragaki (2012), entende-se a importância de abordar questões referentes ao processo de envelhecimento e à velhice desses trabalhadores. A Organização Mundial da Saúde - OMS aponta que a maneira como cada um envelhece é influenciada pelo significado das experiências de vida e a consciência de uma perspectiva de curso de vida. Ressalta a importância dos indivíduos prepararem-se e planejarem-se para a velhice, adotando, assim, práticas saudáveis em todas as fases de seu desenvolvimento, bem como se organizando nas questões financeiras e sociais (WHO, 2005).

Dentro dessa perspectiva, a OMS (WHO, 2005) adotou o termo Envelhecimento Ativo, no sentido de ampliar a compreensão de cuidados com a saúde, considerando outros aspectos que também influenciam no processo de envelhecer e ser saudável. Assim, destaca que um dos fatores determinantes para o envelhecimento ativo é o trabalho, pois este, além de fazer parte de toda a vida adulta da pessoa, tem grande influência na questão da preparação financeira para a velhice. Todavia, Moreira (2012) enfatiza que envelhecer bem requer a oferta de recursos como urbanização, habitação, saúde, educação, trabalho e família, não sendo uma responsabilidade exclusiva do indivíduo.

O envelhecimento de um indivíduo, para Camarano e Pasinato (2008), é uma ação contínua que o acompanha do nascimento à morte. Referem que, devido ao processo de envelhecimento biológico, ocorre uma deterioração progressiva,

acarretando em uma diminuição da capacidade funcional do indivíduo. Diante dessa afirmativa, ressaltam que essa diminuição não depende apenas do passar dos anos, mas também de características individuais, do estilo de vida, das condições de trabalho, entre outros.

As autoras reforçam que não adianta viver muitos anos se estes não estiverem acompanhados por boas condições de vida e saúde, principalmente no intuito de preservar a capacidade funcional do indivíduo. Para elas, compreender as inter-relações entre mercado de trabalho, envelhecimento populacional, condições de saúde e o exercício do trabalho no Brasil é imprescindível no sentido de promover adaptações entre as exigências do trabalho e à população que envelhece. E concluem que o foco é evitar o afastamento precoce dos indivíduos da vida ativa e, para isso, a importância de se desenvolver políticas públicas que busquem uma maior conscientização dos trabalhadores e dos empregadores quanto a importância de atitudes positivas no curso da vida.

Nesses termos, o objetivo deste estudo foi de compreender as implicações de ser um trabalhador autônomo no processo de viver e envelhecer na perspectiva desse profissional, pois se acredita que produzir um conhecimento científico sobre o autônomo é também ampliar um espaço de escuta e de reflexão para essa população. É de certa forma, colaborar para que esses trabalhadores se apropriem das características do universo em que eles estão inseridos, bem como da importância dos benefícios do cuidar de si e da prevenção, em todas as dimensões da vida, para um envelhecimento saudável e uma velhice ativa.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo mediante parecer 261.737. Após ajustes no projeto, seguindo orientações da banca de qualificação, a coleta de dados teve início no mês de maio de 2013. Ocorreu certa dificuldade de acessar os sujeitos para a pesquisa, pois ou os autônomos não se enquadravam nos critérios de inclusão estabelecidos ou recusavam participar do estudo.

Pode-se inferir que estas questões contribuem para o que Holzmann (2013) refere, sobre o fato de que os estudos que abordam o trabalho por conta própria no Brasil são, quase sempre, de fontes estatísticas de abordagem quantitativa, que permitem a generalização das conclusões obtidas, mas não apreender as condições concretas vividas pelo trabalhador no seu fazer cotidiano.

Os resultados encontrados nesta pesquisa estão descritos na Produção Científica I, sendo que esta foi submetida para o periódico *Ciência & Saúde Coletiva*. Salienta-se que houve um recorte para realização deste estudo em relação ao objetivo apresentado. Os dados coletados dão subsídios para um segundo artigo que será objeto de outro estudo, qual seja, as implicações de ser autônomo na perspectiva desses trabalhadores.

2 PRODUÇÃO CIENTÍFICA I

PERSPECTIVAS DE TRABALHADORES AUTÔNOMOS SOBRE O SEU VIVER E ENVELHECER

Yasmine Komerroski Anusz¹, Cleide Fátima Moretto², Helenice de Moura Scortegagna³.

¹ Psicóloga. Mestranda em Envelhecimento Humano pela Universidade de Passo Fundo (UPF).
E-mail: minekomerroski@hotmail.com

² Economista. Doutora em Teoria Econômica (USP), Professora titular III, Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas e Contábeis e Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Envelhecimento Humano da Universidade de Passo Fundo (UPF).

³ Enfermeira. Doutora em enfermagem (UFSC), Professora titular da UPF, Instituto de Ciências Biológicas e Docente do Programa de Pós Graduação em Envelhecimento Humano da Universidade de Passo Fundo (UPF).

Resumo

Os autônomos possuem como característica marcante a sua autonomia e liberdade frente suas questões de trabalho, o que condiciona, muitas vezes, na ausência de redes de apoio que proporcionem suporte e cuidados para essa categoria. Assim o estudo buscou compreender as implicações de ser um trabalhador autônomo no processo de viver e envelhecer, na perspectiva desse profissional. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, e entrevistou-se 14 trabalhadores autônomos seguindo um roteiro norteador. Os resultados foram trabalhados pela análise temática, da análise de conteúdo e a partir do que emergiu pode-se construir a grande temática *o autônomo numa perspectiva longa e a proximidade com o cuidado* que se constituiu por três categorias: *perspectivas de envelhecimento e velhice; centralidade do trabalho e o cuidar de si; e futuro incerto e o aposentar-se*. Pode-se perceber que os trabalhadores autônomos não possuem uma plena consciência e entendimento de seu processo de envelhecimento, o que acarreta em cuidados parciais tanto da sua saúde quanto no seu planejamento financeiro.

Palavras-chave: Envelhecimento. Saúde do trabalhador. Longevidade. Atitude frente à saúde. Trabalho. Setor Informal.

Abstract

The autonomous workers have their autonomy and freedom towards their own issues about work as a remarkable characteristic, in which ends determining, in many cases, a lack of a network support that could provide proper care to this category. Therefore, this study seeks to comprehend the implications about being an autonomous worker in the process of living life and aging according to their own perspective. In order of understanding this, it was adopted a qualitative approach. Fourteen autonomous

worker were interviewed following a guiding script. The results were examined by the thematic analysis of the content analysis. From what it has emerged it was possible to built the theme of *the autonomous worker in a long-living perspective and with the proper care* it was constituted into three category: *aging and old age perspectives; centrality at work and caring about oneself* and *uncertain future and retiring*. Through this research it was possible to perceive that the autonomous workers are not aware of their aging process and they don't understand it. Because of this lack of consciousness they do not take proper care of their health and their financial life.

Key words: Aging; Work health and safety; Longevity; Attitude towards life; Work; Informal sector.

2.1 Introdução

Os trabalhadores autônomos ou por conta própria pertencem ao setor informal da economia brasileira. Este setor caracteriza-se principalmente pelo trabalho precário, muitas vezes em função da ilegalidade que o acompanha. Entretanto, podem existir trabalhos dentro da legalidade fazendo parte do setor informal, como por exemplo, os autônomos registrados.

Porém, sabe-se que apenas uma pequena parcela, desses trabalhadores, é registrada e contribui para previdência, apesar de esse número ter aumentado de 20,0 para 24,3%, no período entre 2009 e 2011, ainda é pouco expressivo. (COSTANZI et al., 2011). Dessa forma, a maioria desses trabalhadores está exposta e sem respaldo, pois, de acordo com Iriart et al. (2008), o trabalho informal não registrado não é reconhecido pelo Estado e, portanto, o trabalhador não existe legalmente.

Além dessas questões econômicas e financeiras, observa-se que o autônomo ou trabalhador por conta própria pode ser entendido como uma empresa de uma única pessoa e, portanto, precisa atentar-se para uma série de questões que o assalariado não

necessita. Como, por exemplo, organizar-se financeiramente, legalizar-se, fazer suas contribuições, economizar dinheiro, para poder gozar férias, bem como arcar com possíveis gastos fora do orçamento, lidar com a variação do seu ganho, atualizar-se para se manter no mercado, cuidar de si, pois o indivíduo autônomo é sua própria ferramenta de trabalho, entre outras. Assim, ressalta-se que a autonomia e a liberdade que caracterizam essa categoria de trabalhadores, se por um lado os bonifica por outro lado os onera.

Dentro dessa perspectiva, não se pode perder de vista que este trabalhador está inserido em um contexto de mundialização do envelhecimento humano. No caso do Brasil, esse fenômeno tem ocorrido de forma muito rápida, o que pode trazer consequências para o âmbito econômico e social, como mudanças no padrão de transferência de recursos públicos e privados e a dependência da população idosa. (CAMARANO et al., 2013). Bezerra et al. (2012) apontam que é preciso contribuir com as ações dirigidas à transformação dessa realidade e, para isso, a importância de não focar apenas a velhice, mas todas as fases da vida, em todas suas abrangências, como – habitação, educação, trabalho, previdência, dentre outras. Assim, questiona-se: quais as implicações de viver e envelhecer para os trabalhadores autônomos?

Nesse contexto entende-se a importância de se ter um envelhecimento ativo. De acordo com a organização Mundial da Saúde – OMS (2005, p.13), “envelhecimento ativo é o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida com que as pessoas ficam mais velhas”. Esse processo depende de uma série de determinantes, como gênero, cultura, serviços de saúde, aspectos sociais, econômicos, comportamentais, entre outros. Entretanto, questões como trabalho e estilos de vida impactam significativamente e no caso dos trabalhadores autônomos estes fatores tornam-se ainda mais relevantes.

O viver e envelhecer desses trabalhadores segue o pressuposto que depende muito de atitudes e posturas por eles assumidas e que podem impactar direta e

significativamente no seu meio de sobrevivência. A OMS ressalta que a maneira como cada um envelhece é influenciada pelo significado das experiências de vida e pela consciência da perspectiva de curso de vida. Dessa forma, observa a importância dos indivíduos viverem de forma preventiva, adotando, assim, práticas saudáveis em todas as fases de seu desenvolvimento, preparando-se e planejando-se para a velhice, bem como se organizando nas questões financeiras e sociais. (WHO, 2005).

Nesse sentido, de modo a contribuir com o conhecimento sobre o processo de envelhecimento dos trabalhadores autônomos, realizou-se esse estudo que tem como objetivo compreender as implicações de ser um trabalhador autônomo no processo de viver e envelhecer na perspectiva desse profissional. Acredita-se que produzir um conhecimento científico sobre o autônomo é, também, ampliar um espaço de escuta e de reflexão para essa população. E é de certa forma, colaborar para que esses trabalhadores se apropriem das características do universo em que eles estão inseridos, bem como da importância e dos benefícios do cuidar de si e da prevenção, em todas as dimensões da vida, para um envelhecimento saudável e uma velhice ativa.

2.2 *Método*

O estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa, com caráter exploratório e descritivo, desenvolvida com trabalhadores autônomos no município de Passo Fundo (RS). Para esta pesquisa, considerou-se trabalhador autônomo, o que Chahad e Cacciamali (2005) definem como aquele trabalhador que possui autonomia sobre o seu trabalho e a posse dos instrumentos de trabalho. De acordo com os autores, ele é quem gere a organização de sua atividade, a comercialização de seus serviços ou a oferta de seus produtos.

A partir da compreensão de que os profissionais liberais, embora também sejam autônomos, diferenciam-se dos demais por possuírem ensino superior e atuarem profissionalmente na sua formação, optou-se por não incluí-los como sujeitos deste

estudo. Além disso, se entende que exercer uma profissão embasada por uma formação acadêmica pode oferecer certo diferencial, que venha contribuir para um melhor retorno financeiro e trajetória profissional, desses trabalhadores.

Os sujeitos foram indicados a partir da rede de contatos da pesquisadora e selecionados de acordo com os critérios de inclusão: serem trabalhadores autônomos excetuando os profissionais liberais, residentes no município de Passo Fundo, com idades entre 30 e 59 anos, que estivessem atuando há pelo menos um ano, somente como autônomo, ou seja, que não possuíssem nenhum vínculo formal de emprego e que aceitassem participar voluntariamente da pesquisa. Dessa forma, os sujeitos foram sendo incluídos até que a amostra contemplou o fenômeno investigado, por saturação dos dados.

A escolha desse intervalo de idade considerou as características etárias que melhor representam essa categoria, de acordo com pesquisa do IBGE (2008). Além disso, a intenção também repousou no fato de os sujeitos estarem, segundo critério cronológico que marca a idade adulta e adulta madura, vivenciando o seu processo de envelhecimento em fases anteriores a fase da velhice. Dessa forma, embasando-se na determinação da OMS (WHO, 2005), que considera como idosas pessoas com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento como no caso o Brasil, o intervalo de idade dos sujeitos desse estudo, estendeu-se até os 59 anos.

O contato com os sujeitos realizou-se, em um primeiro momento, por meio telefônico, para triagem e agendamento de um encontro, em horário e local conforme sua disponibilidade e preferência. Após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), os dados foram coletados utilizando-se de entrevistas guiadas por um roteiro norteador, que foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra, para análise.

Para interpretação dos dados utilizou-se como técnica o método de análise de conteúdo. A opção por essa técnica justifica-se pelo propósito de atingir uma análise mais profunda do material, ultrapassando os sentidos manifestos (MINAYO, 2010). Para tanto, foi utilizada a modalidade de análise temática da análise de conteúdo, que de acordo com a autora, é uma forma de se descobrir os núcleos de sentidos dos discursos por meio dos temas que denotaram significados e valores para os sujeitos analisados.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo mediante parecer 261.737, firmado no dia 2 de maio de 2013, estando de acordo com a resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Saúde – Ministério da saúde (BRASIL, MS, 2012), sobre a participação de seres humanos na pesquisa científica. Além disso, estiveram presentes em todas as etapas do estudo os procedimentos éticos inerentes a pesquisas dessa natureza.

2.3 *Resultados e discussão*

O grupo de sujeitos foi constituído por 14 trabalhadores autônomos do município de Passo Fundo, com idades entre 33 e 58 anos, de ambos os sexos. Suas atividades profissionais foram diversificadas, manicure, pedreiro, eletricista, caminhoneiro, massoterapeuta, entre outros, revelando a heterogeneidade própria da categoria. A maioria reside com sua família e sua renda é a principal do núcleo familiar. Em relação ao nível de escolaridade, cinco sujeitos possuem o ensino médio completo, enquanto o grau de instrução dos demais varia do ensino fundamental incompleto até superior completo. O grupo caracterizou-se por fazer algum tipo de contribuição para a previdência, seja pública ou privada, mas poucos possuem plano de saúde privado, contando apenas com o Sistema Único de Saúde (SUS).

A partir do que emergiu das entrevistas, pode-se construir a grande temática **o autônomo numa perspectiva longa e a proximidade com o cuidado** que se

constituiu por três categorias: **perspectivas de envelhecimento e velhice**; **centralidade do trabalho e o cuidar de si** e **futuro incerto e o aposentar-se**, como se pode observar na Figura 1.

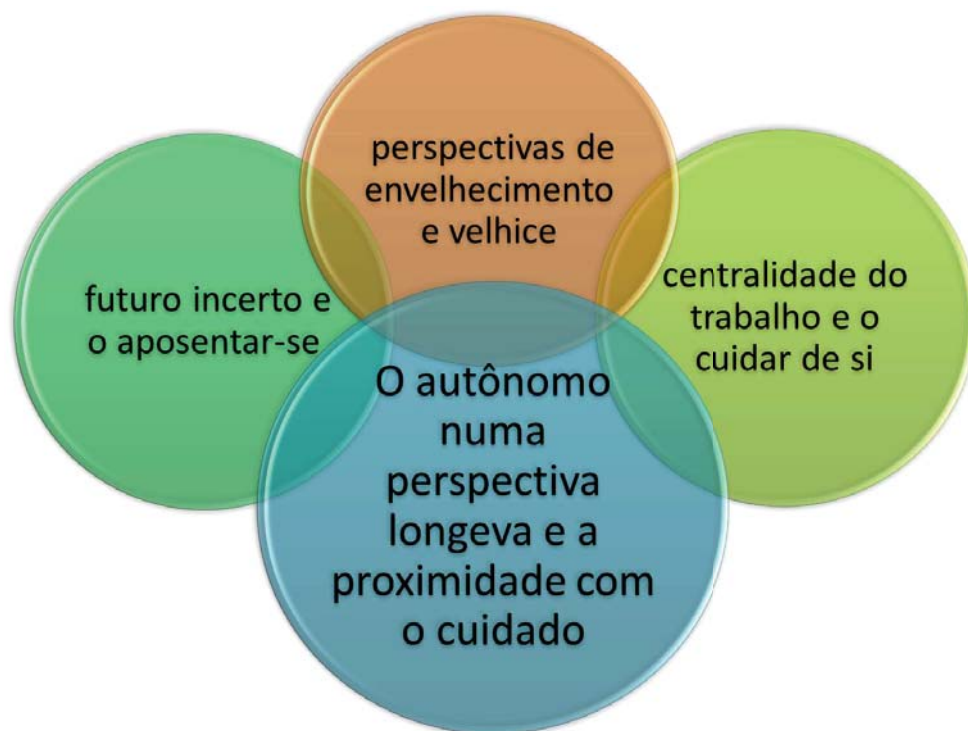


Figura 1 - O autônomo numa perspectiva longa e a proximidade com o cuidado

As **perspectivas de envelhecimento e velhice** dos trabalhadores autônomos estão atreladas aos significados de envelhecer e velhice, por eles atribuídos. Apesar de ter emergido diversos significados, o envelhecimento foi expresso pela maioria dos sujeitos deste estudo, como algo que pode ser “evitado mantendo a mente jovem”, o que denota uma perspectiva negativa frente ao envelhecimento, pois o que se considera negativo possui forte tendência de se evitar e negar. Outros relatos confirmam essa ideia, no sentido de que o outro é quem envelhece, mas não o próprio sujeito. Como se pode observar no relato que segue:

[...] eu não me preocupo, já a minha esposa é mais nova do que eu e ela diz: ah eu tô ficando velha [...], eu digo: pois é, eu não [...], eu tô bem tranquilo (risos), não tenho essa preocupação.

[Eletricista, 57 anos]

A negação é um mecanismo de defesa utilizado quando há uma necessidade de buscar um equilíbrio interno, negando assim algo que seja intolerável para o indivíduo (FREUD, 1894; 1925a; 1925b). Nesse sentido, na contemporaneidade vive-se o paradoxo de celebrar o aumento da expectativa de vida associado à percepção do envelhecimento como intolerável (COUTO; MEYER, 2011). Os autores complementam que, apesar de esse processo ser negado e renegado, ele instala-se, paulatinamente, contribuindo para que normalmente não seja percebido.

Em estudo, realizado com adultos e idosos, sobre os significados de envelhecimento, constatou-se que em ambas as fases negam o envelhecimento com a mesma frequência e ainda afirmam que não se sentem, ou não ficarão velhos. (OLIVEIRA et al. 2010). Este resultado encontra-se consonante ao apresentado no estudo em questão, diante do qual se pode inferir quanto à influência que atitudes de negação e distanciamento face ao envelhecimento podem exercer nas práticas de cuidar de si e de planejamento de ações positivas com relação à saúde, por parte dos trabalhadores autônomos entrevistados.

No entanto, alguns profissionais trouxeram significados do processo de envelhecimento expressos por palavras como “sabedoria”, “aprendizado”, “maturidade”, “crescimento”, “espiritualidade” e “felicidade”, nesse sentido, a perspectiva de envelhecer se apresenta como algo positivo. O envelhecimento é entendido pelos sujeitos como uma “fase da vida”, “bem-viver”, “viver da melhor forma possível” e “saber lidar com as mudanças que vão ocorrendo com o passar dos anos”, ou seja, o envelhecimento consegue ser encarado na medida em que a perspectiva de envelhecer é positiva, conforme a transcrição que segue:

Envelhecimento significa felicidade, ao contrário de muitas pessoas, que lamentam: ai que coisa! Estou ficando velho! - Nossa, eu acho que o envelhecimento é o oposto disso, é a sabedoria [...], é saber que você já viveu as etapas que muita gente, talvez, não tenha a possibilidade de passar por isso né, [...].
[Cabelereiro, 43 anos]

Os trabalhadores autônomos entrevistados dizem perceber esse processo como natural, no qual se observa um desgaste do ser humano. Alguns associam com a perda do vigor físico e com o início de algumas limitações como maior cansaço, alterações na visão, entre outras. A ênfase se dá, na perspectiva dos entrevistados, na dimensão biológica, além disso, ficou evidente, a partir das falas, que, para os sujeitos do estudo, envelhecimento não é compreendido como um processo já em curso, mas confunde-se com a fase da velhice.

Esses achados corroboram com os do estudo de Oliveira et al. (2010), em que apontam que, para a maioria dos entrevistados, o envelhecer não é percebido como um processo constante, inerente a todos os seres desde o seu nascimento, mas sim, associado à velhice. Ainda, expressam que somente após muitos anos vividos é que surge a necessidade de cuidados com a saúde. Esta percepção denota certa falta de clareza no entendimento, por parte dos sujeitos, acerca do curso de vida como um processo contínuo e consequente ausência de cuidados preventivos, como se pode identificar:

[...] a gente começa a ver que envelhece quando começa a se preocupar muito com a saúde, porque é uma coisa que a gente tem medo mesmo sabe, passa a ter medo porque se tu não tem saúde tu vai fazer o quê?
[Depiladora e designer de sobrancelha, 44 anos]

Hein e Aragaki (2012) afirmam que, salvo as perdas inerentes à idade avançada, não há uma relação direta entre problemas de saúde e envelhecimento, embora isso seja

pensado com frequência. Com propriedade, Souza et al. (2010) ressaltam que o processo de envelhecimento é compreendido como processo de vida e, portanto, comporta a velhice, mas não se restringe nela. Assim, observa-se que a associação a alguma perda ou limitação é percebida pelos sujeitos quando o processo de envelhecimento é confundido com a fase da velhice, o que não deixa de ser uma forma de negar que esse processo faz parte do curso da vida e não apenas durante velhice.

Quanto à perspectiva de viver a velhice sendo um trabalhador autônomo, emergiram expressões arraigadas a estereótipos tanto positivos quanto negativos, socialmente já construídos que podem ter sido reforçados por vivências pessoais dos sujeitos. Alguns entrevistados almejam continuar vivendo da mesma forma como vivem hoje, seguindo a mesma rotina que seguem atualmente, ou seja, a velhice não é vista como tempo de aposentadoria ou descanso, mas de continuar produzindo e de dar sequência ao que fazem. O ponto mais ressaltado foi o de desejarem “ter saúde em sua velhice”, pois, de acordo com as falas dos sujeitos, gostariam de “continuar sendo úteis e de não se acomodarem”:

[...] eu quero trabalhar até o dia antes de eu morrer, [...].
[Comerciante, 47 anos]

Surge também nas falas a compreensão da velhice como fase de oportunidade para viajar, aproveitar, divertir-se, dançar, estar com a família e amigos. Pode-se observar que esse tipo de compreensão revela estereótipos positivos de como se deve viver a velhice. No entanto, a velhice, quando compreendida a partir de estereótipos negativos, é referida como sinônimo de preocupação, problema e inutilidade. A fala a seguir denota o desejo do sujeito de não chegar à velhice e a associação dessa fase com a impossibilidade de se trabalhar:

Olha, pra eu, que trabalho assim como autônomo, não queria envelhecer nunca! Eu queria sempre

trabalhar direto, [...] eu não queria ficar velho [...].

[Jardineiro, 58 anos].

Além disso, a velhice foi muito associada à falta de saúde, o que para os profissionais autônomos, gera implicações como limitações físicas e mentais, necessidade de cuidados e dependência:

[...] porque com a velhice vêm os problemas né, começa as questões de saúde né, às vezes até a questão mental já não funciona tão bem... Então, a gente percebe que tem tantas pessoas, idosos, desassistidas no mundo [...] Então, é uma preocupação que todo mundo deveria ter né, mas eu não fico, acho que não vai ser um problema né, penso eu, por isso que eu nunca me questionei muito com relação a isso [...].

[Cabelereiro, 43 anos]

Nesta fala acima fica evidente a falta de clareza e negação do processo de envelhecimento e velhice, pois o sujeito consegue perceber os problemas somente quando está distante de si, mas não consegue trazer para sua realidade e pensar no processo de forma ampla tomando atitudes de prevenção para evitar possíveis problemas e lidar com “a preocupação que todo mundo deveria ter”. Para alguns sujeitos, notícias que veiculam no rádio e televisão contribuem muitas vezes para fundamentar essas preocupações, pois expõem a fragilidade do idoso referente a questões econômicas e sociais, que se configuram em uma forma de violência:

Eu vejo na televisão, [...] eu escuto no rádio [...] aqui em Passo Fundo mesmo, as pessoas explorando os velhinho de idade [...] eu não gosto disso. Eu sou contra isso aí, mas deus me livre eu trabalho e fico observando as coisa né, as piaçada explorando os vô e as vó, guri de 12, 15 anos [...].

[Jardineiro, 58 anos]

A partir da fala, pode-se inferir que a perspectiva de velhice deste autônomo está associada ao que ele observa: ao idoso vulnerável à violação de seus direitos, suscetível à exploração dos mais jovens. Essa perspectiva reforça na direção de se ter uma postura de negação desta fase da vida, o que acarreta a negação do processo de envelhecer, observada também em falas dos demais profissionais autônomos, de forma muitas vezes velada, que escapa à consciência dos mesmos.

Debert (2004) menciona que, na segunda metade do século XIX, a velhice era encarada como uma etapa de decadência física e ausência de papéis sociais, entretanto, a tendência contemporânea, de acordo com a autora, é de rever esses estereótipos negativos e considerar aspectos positivos associados ao envelhecimento e principalmente à velhice. Porém, de acordo com pesquisa recente, onde se fez uma revisão de dissertações brasileiras entre os anos 2000 e 2009, em relação aos sentidos atribuídos aos idosos, foi constatado que ainda há um predomínio de conotação negativa relacionada ao processo de envelhecimento e velhice (HEIN; ARAGAKI, 2012). Por fim, ressalta-se que a proximidade com a morte também foi mencionada, nas falas dos sujeitos, sendo associada à velhice:

[...] eu acho tão engraçado a gente ter uma dificuldade tão grande de encarar a velhice, porque a gente vai envelhecendo, né [...] e vai ficando feia, e de encarar a morte [...] eu tenho medo da morte, hoje deusolivre, para mim, eu sou uma pessoa que tem medo da morte [...].
[Depiladora e designer de sobrancelha, 44 anos]

Muitos sujeitos referiram não querer ou não conseguir pensar sobre esses aspectos: *Tenho nem ideia (risos) [...] nem penso nisso (silêncio)*. [Montador de Móveis, 33 anos]. Assim, diante do exposto, pode-se inferir que, devido à associação feita, torne-se tão difícil pensar sobre o processo de envelhecimento e a velhice. E sabe-se que quando não se pensa sobre algo também não se consegue preparar-se para. Nesse sentido, Moreira (2012) aponta que desde as sociedades clássicas, construções míticas sobre a juventude eterna e a imortalidade são cultivadas, o que demonstra certa

dificuldade ou resistências dos indivíduos lidarem com o envelhecimento, mas principalmente, com a morte. Já Freud (1915) afirmou que inconscientemente as pessoas estão convencidas de sua imortalidade, já que pensar na própria morte é inimaginável, pois mesmo quando se tenta fazer isso se continua como espectador.

Em relação à **centralidade do trabalho e o cuidar de si**, os sujeitos pesquisados demonstraram ter consciência sobre aspectos importantes para ter um envelhecimento saudável, entretanto surgiram situações bastante contrastantes em relação a se conseguir um equilíbrio entre o trabalho e o cuidar de si. Por um lado emergiram questões atribuídas à cultura local, de uma sociedade mais utilitarista, que visa a produção, em que há uma exigência de se ter uma boa condição social e, por isso, uma necessidade de se produzir em um ritmo bastante intenso em detrimento, muitas vezes, da própria saúde. Em contrapartida, é referida uma forte valorização da qualidade de vida, paradigma vigente na contemporaneidade, diante do qual se opta por ganhar menores valores, do que poderia, no sentido de preservar ou promover os momentos de lazer e cuidados com a saúde.

[...] tu acaba ficando escravo de você mesmo, porque a gente tem aquela [...], e nós, eu acho que é uma coisa nossa do gaúcho [...] da gente trabalhar para ter, né, a gente quer adquirir coisas né, a gente não trabalha para ter qualidade de vida [...], a gente trabalha para adquirir, ou comprar um carro novo, ou melhorar a casa, [...].

[Podóloga, 52 anos]

[...] então não vejo isso uma questão de: nossa vou fazer bombar aqui! Não quero isso, não quero isso mesmo, porque a minha qualidade de vida hoje está direcionada pra outras coisas não para o materialismo né, [...].

[Cabelereiro, 43 anos]

Além disso, pode-se perceber que a maioria não consegue aplicar no seu dia a dia um comportamento saudável e de cuidados de si. Como por exemplo, citaram a

questão da importância de ter uma boa alimentação para ter saúde. Apesar de nenhum sujeito ser obeso, alguns externaram estar com sobrepeso e ter necessidade de emagrecer, como se pode observar nas falas dos sujeitos:

[...] a gente, como a maioria do brasileiro, a gente não se cuida, não pratica esporte, não cuida da alimentação, né... que eu deveria pelo menos alonga, pelo trabalho que eu tenho, eu deveria trabalhar com alongamentos né! Mas capaz que eu faço isso, eu não consigo, as vezes, que nem ontem, foi um dia que eu não consegui nem come né... de tanto que eu trabalhei, eu comia com uma mão e com a outra eu esfregava, então é muito difícil né.

[Massoterapeuta, 42 anos]

[...] agora tem que se cuidar um pouquinho mais na alimentação e coisa, até tô fora do peso, subi um pouquinho no peso. Agora tem que tentar baixar, mas não adianta... tem que viver, não pode pensar, se tu ficar pensando, que nem: ah ano que vem já tô com 51... É pior né! Tem que tentar imaginar é que tu tá jovem.

[Caminhoneiro, 50 anos]

Os sujeitos reconhecem a necessidade de fazer exercício físico e de alongar-se, no sentido que atualmente existe muita informação a esse respeito. Compreendem que isso impactaria positivamente na sua atividade profissional e no prolongamento de sua vida produtiva, pois têm conhecimento dos reflexos positivos dessa atitude, inclusive na velhice. Mas, do mesmo modo, apenas um sujeito relatou que consegue exercitar-se regularmente e somente tomou essa atitude porque, caso contrário, estaria impossibilitado de seguir trabalhando, como se pode identificar no relato que segue:

[...] hoje eu tiro tempo para fisioterapia, tiro tempo para ir para academia, eu tiro tempo para fazer o meu pilates, porque eu estava viciada em medicamento para dor. Eu tomava remédio para dor, porque eu chegava com dor em casa e não fazia nenhum tipo de atividade física, nada de alongamento [...] Eu estou

fazendo tudo isso pra prolongar a minha qualidade profissional também né [...], ter uma qualidade pra poder prolongar o máximo que eu puder, até onde der pra trabalhar eu vou estar atendendo.

[Podóloga, 52 anos]

Alguns fazem *check up* anualmente, mas a maioria refere não ter tempo para ficar doente e apenas conseguir ir ao médico em suas férias. Além disso, ressaltaram não beber ou beber apenas socialmente, não fumar ou querer parar de fumar. E ainda, referiram a importância de um equilíbrio mental e espiritual, bem como a importância dos momentos de lazer com amigos e com a família. O que denota a compreensão dos sujeitos sobre questões importantes para ser saudável, entretanto há uma distância entre ter compreensão e adotar atitudes saudáveis. Pode-se perceber que a centralidade do trabalho e a negação do processo de envelhecimento e a velhice dificultam os sujeitos do estudo a adotarem posturas positivas no sentido de cuidar de si para viver e envelhecer saudável.

O cuidar, de acordo com Silva e Santos (2010), além de ser um recurso do ser humano é imprescindível e deve atender às necessidades do sujeito, entretanto, ressaltam que não é uma tarefa fácil. Foucault (1985) aponta que cuidar de si demanda tempo, pois requer dedicação; não é simplesmente uma obrigação, é um modo de viver, o qual cada um deve se incumbir ao longo de sua vida, portanto não há idade para ocupar-se consigo. Seguindo esta compreensão, para Soares et al. (2011) ter um comportamento de não cuidar de si ou de ter um cuidado mínimo consigo favorece ao prejuízo com relação à saúde, o que impacta em todas as áreas da vida do sujeito como, por exemplo, em seu trabalho.

Os trabalhadores referiram, também, que, com o passar dos anos, devido à experiência adquirida, eles começam a desenvolver atitudes mais cautelosas no trabalho, no sentido de serem mais preventivos em relação a acidentes. A experiência ajuda a

desenvolverem mais segurança no trabalho além de sentirem maior necessidade de se cuidar.

[...] o cara já não é mais criança! Com 22, 23 anos a gente pulava de um lado para o outro, hoje tu tem que ter um certo cuidado tem que trabalhar com segurança, [...].

[Eletricista, 57 anos]

Santos et al. (2011) abordam a construção vigente de um novo modo de envelhecer e que esta revela que as pessoas, na medida em que vão envelhecendo, buscam se cuidar mais, por pretender viver mais tempo. Entretanto, os autores apontam que, nos achados de sua pesquisa, foi ressaltada a importância de se incentivar o início da prática de cuidar de si desde a infância, como forma de conhecer melhor o funcionamento do seu próprio corpo, pois ocorre que muitas pessoas chegam à velhice sem ter esse conhecimento.

Considera-se, assim, a integralidade das dimensões corporais no cuidar de si, conforme Silva e Santos (2010), quer sejam físicas, mentais e espirituais e, assim, o cuidar de si passa a ser existencial e reflete-se no ambiente que o sujeito está inserido. Foucault (1985) complementa que quem consegue cuidar de si adequadamente encontra-se em condições de conduzir-se na relação com o outro e intensifica as relações sociais. Para o autor, quem cuida de si, conhece a si, e conhece também quais são seus limites e deveres nas diferentes relações que desenvolve.

Outra circunstância relatada pelos trabalhadores é quanto à necessidade de buscarem alternativas futuras que permitam adaptar a sua atividade de trabalho ao seu processo de envelhecimento. Aumentar o negócio e passarem de executores a chefes ou buscar, dentro do ramo da atividade, trabalhos que não demandem tanto esforço físico, são algumas alternativas citadas. Isso ocorre, pois a maioria dos trabalhadores são prestadores de serviços e essas atividades normalmente exigem esforços físicos desses

sujeitos, existindo, nestes casos, uma consciência de que para seguir trabalhando será necessário fazer algumas adaptações ou mudanças.

Eu não posso trabalhar até me aposenta aqui né, eu tenho que achar um jeito de, mesmo que eu continue na construção, eu tenho que achar um jeito de eu continuar trabalhando numa coisa mais calma uma coisa mais leve né! Então é que nem eu penso, vai chegar uma época que eu vou poder fazer quase só elétrica e encanamento né, porque é bem mais leve que a outra parte, a outra parte eu vou ter que desistir né, [...].

[Pedreiro, 38 anos]

Emergiu também a compreensão de ter que diminuir as horas trabalhadas. Alguns autônomos, inclusive, por já se sentirem mais cansados, optaram por limitar sua jornada de trabalho. Em função do desgaste físico natural do processo do envelhecimento conhecido pelos sujeitos, foi ressaltada uma preocupação em decair a qualidade de seus trabalhos, pois a manutenção de sua atividade depende diretamente de um trabalho bem realizado.

[...] até os quarenta anos eu tinha muita vitalidade [...] Então eu chegava a trabalhar dez, doze horas por dia [...] fico exausta principalmente depois dos "enta" e eu fico aqui buscando soluções se eu vou ter que trabalhar até os 60 para me aposentar eu preciso achar algumas alternativas [...] só depiladora eu não vou aguentar! Posso depilar até os 80 anos, mas uma ou duas por dia, mas tu acha que isso vai me sustenta?! Então, e sobancelha é uma coisa que vai chegar uma horinha não sei se daqui dois três anos que eu vou dizer não dá mais, porque vai cair a qualidade em função dos olhos[...].

[Depiladora e designer de sobancelha, 44 anos]

A capacidade funcional, de acordo com Martínez et al. (2010), tornou-se um indicador importante em função do envelhecimento da força de trabalho, pois gera impactos na saúde, bem-estar e empregabilidades dos trabalhadores. Envelhecimento

biológico, saúde, trabalho e estilo de vida foram os principais fatores identificados por Ilmarinen (1997), que incidem na capacidade para o trabalho de trabalhadores em envelhecimento, considerados com 45 anos ou mais. A autora ressalta que, em função disso, o profissional que utiliza principalmente recursos físicos para o trabalho é o primeiro a ser afetado em sua capacidade funcional. Dessa forma, a promoção da saúde do trabalhador é imprescindível para a manutenção da capacidade para o trabalho, o que gera um impacto positivo para a sociedade, mas, sobretudo para o trabalhador autônomo, pois reflete na sua subsistência e conseqüente envelhecimento saudável e ativo.

Considerando a perspectiva longa da vida dos trabalhadores autônomos, outro tema que emergiu das entrevistas foi **futuro incerto e o aposentar-se**. Os sujeitos entrevistados nessa pesquisa, de um modo geral, contribuem para a previdência, o que demonstra cuidado com o seu sustento no futuro. Dados do estudo de Costanzi et al. (2011) indicam essa realidade, no qual pode-se notar que houve relevante incremento da contribuição previdenciária dos chamados trabalhadores por conta própria, tendo o percentual de contribuintes, no período entre março de 2009 e março de 2011, crescido de 20% para 24,3%. Porém, a compreensão acerca dessa etapa de aposentadoria é divergente entre os sujeitos do estudo. Para alguns a crença de que o futuro é incerto e a oscilação nos rendimentos colabora para que a contribuição previdenciária também não seja constante. O relato abaixo revela essa realidade:

[...] tem que ter organização né [...], previdência privada né, amanhã ou depois, né, essa questão que eu estava te contando antes, que eu vou recolher o INSS e por enquanto não está valendo a pena né [...]. Então tô nessa aí, então a gente tem esses questionamentos sobre o futuro né [...]. Então, também o futuro a gente nunca sabe né hoje tá bem amanhã ou depois dá um treco aí né [...]. Então, as pessoas ficam se prendendo muito nessas questões materiais e acabam esquecendo de viver né, [...].
[cabelereiro, 43 anos]

Grande parte dos entrevistados pensa em aposentar-se, mas seguir trabalhando. Nesse sentido, diminuir o ritmo de trabalho pode ser uma opção, mas não revelam a intenção de parar totalmente. Os sujeitos atribuem essa decisão a diferentes motivos, tais como a necessidade de complementar a renda da aposentadoria, pois esta é inferior ao rendimento atual; a decisão de não pararem de trabalhar porque gostam do que fazem, e não se permitirem parar de trabalhar, em função da crença de que quem não trabalha é inútil. O que é identificado na fala que segue:

[...] no Brasil hoje uma pessoa aposentada, hoje tu cai teu padrão de vida... tu cai tu qualidade de vida, cai tudo! [...], mas pra mim o trabalhar é vida, eu não consigo me ver parada sem trabalhar [...] É o teu ganho que é necessário somar com a aposentadoria, quando chegar no tempo de me aposentar obvio que eu vou me aposentar! Que eu vou me aposentar só por idade com 60 anos, porque eu não tenho esse tempo de contribuição e quem trabalhou com carteira já tem, quem tem a minha idade já tá aposentado, mas é pra somar as duas coisas junto, pra me manter ativa primeiro e pelo ganho também.

[Podóloga, 52 anos]

Estas evidências corroboram com o estudo de Souza et al. (2010), que reforça a tese da centralidade do trabalho nas sociedades capitalistas. Nesse sentido, complementam que quanto ao significado do envelhecimento no mercado de trabalho, as narrativas evidenciaram que a ausência do trabalho pode ser substancialmente responsável pela redução da qualidade de vida e de acentuar o envelhecimento e a velhice. Evidentemente, apontam a importância de se incorporar e até priorizar outras atividades e valores na vida dos indivíduos. Entretanto, o que se pode perceber, em relação aos trabalhadores autônomos, é que estes têm a alternativa de não interromper a sua vida laboral abruptamente e, ainda, de poderem ir diminuindo suas horas trabalhadas gradativamente de acordo com suas necessidades e possibilidades.

Todavia, a insatisfação com a previdência social foi externada pelos sujeitos. Os trabalhadores compreendem que seus padrões de vida reduzirão significativamente com a aposentadoria, o que confere uma suposta tranquilidade. Tendo consciência desta realidade e de que seus rendimentos são livres de benefícios, alguns conseguiram buscar alternativas como acumular bens, ou investir em imóveis, ou até fazer uma previdência privada complementar, conforme relato:

[...] a única desvantagem é a aposentadoria né, se eu continuasse de carteira assinada hoje eu tava aposentado como eu não continuei hoje eu não tô aposentado, mas eu não tô nem um pouquinho pensando nisso, se eu tivesse aposentado eu tava ganhando um salário mínimo do INPS um salário mínimo não chega nem pra uma pessoa viver hoje, enquanto isso eu tenho acumulado em bens aí um milhão e meio de reais, [...].

[Pedreiro de acabamento, 54 anos]

Essa realidade também é apontada por Souza et al. (2010), que ressaltam que quando se aposenta a situação econômica tende a piorar, pois os valores pagos aos aposentados não são suficientes para cobrir suas despesas. Além disso, se acresce a precariedade dos serviços públicos, o que gera uma insegurança por parte dos trabalhadores (SOUZA et al. 2010). Portanto, de acordo com Costanzi et al. (2011), os autônomos, mesmo tendo ampliado sua participação na previdência social, ainda respondem por parcela significativa da desproteção previdenciária no Brasil. Para os autores, essa cobertura previdenciária acarreta, necessariamente, a proteção social dos trabalhadores por conta própria. Entretanto, o que se pode perceber, é que esses trabalhadores não possuem plena confiança na proteção social, o que muitas vezes pode acarretar nessa busca por recursos próprios para se manter no futuro.

2.4 *Considerações finais*

Pode-se perceber que as perspectivas de envelhecimento e velhice dos trabalhadores autônomos emergiram tanto de forma positiva quanto negativa. Porém, ficou evidente a negação dos sujeitos frente ao seu processo de envelhecimento, no sentido de acreditar que este pode ser evitado, ou, também, que ocorre somente na fase da velhice. Já na velhice, como os sujeitos pretendem e/ou necessitam seguir trabalhando, manifestaram medo de não ter saúde e de se tornarem incapazes, além disso, ao pensar nessa fase, a morte também foi associada.

Apesar desse medo, bastante presente, de não terem saúde na velhice, observou-se que os cuidados dos autônomos em relação à sua saúde física e capacidade funcional são discretos, entretanto, tornam-se mais evidentes com o avanço da idade. Já em relação ao tipo de atividade ocupacional de alguns sujeitos, eles acreditam que, com o avançar dos anos, terão que adaptar ou mudar de atividade em consequência de algumas limitações físicas inerentes ao processo de envelhecimento.

Por outro lado, o que pode ser percebido como algo positivo é que estes trabalhadores, sendo autônomos, têm a possibilidade de seguir atuando profissionalmente, mesmo depois da aposentadoria, não necessitando fazer uma interrupção abrupta nesta fase. Ainda, poderão ir diminuindo as horas trabalhadas de forma gradual, de acordo com sua disposição física e mental para o trabalho. Além disso, há consciência da necessidade de uma organização da renda, já que esta não conta com benefícios trabalhistas e não é constante. Outro aspecto positivo é que, neste grupo de autônomos entrevistados, está presente a contribuição para a previdência, embora em alguns casos de forma parcial. Entretanto, a insatisfação e a insegurança em relação à previdência social acarretam na busca, por parte dos autônomos, de recursos próprios para seu sustento na velhice.

De um modo geral, o que se pode perceber é que os trabalhadores autônomos não possuem clareza no entendimento de seu processo de envelhecimento, o que acarreta em cuidados parciais tanto da sua saúde quanto no seu planejamento financeiro. Dessa forma, ressalta-se a importância de estender e aprofundar estudos nessa área para contribuir com cuidados amplos para essa população, tendo em vista que esses trabalhadores têm por característica estar, muitas vezes, às margens de políticas sociais.

2.5 Referências

BRASIL. Ministério da Saúde – MS. Conselho Nacional de Saúde – CNS. **Resolução Nº 466 de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> . Acesso em: jul. 2014

CAMARANO, A.A.; PASINATO, M.T. Envelhecimento funcional e suas implicações para a oferta da força de trabalho brasileira - Texto para discussão nº1326 - Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – **Ipea** – Brasília: Rio de Janeiro, p. 7-33, jan. 2008.

CHAHAD, J.P.Z.; CACCIAMALI, M.C. As transformações estruturais no setor de transporte rodoviário e a reorganização no mercado de trabalho do motorista de caminhão no Brasil. **Revista da ABET**, v. 5, n. 2, p. 120-50, jul./dez. 2005.

COSTANZI, R.N.; BARBOSA, E.D.; RIBEIRO, H.V.M. A experiência do microempreendedor individual na ampliação da cobertura previdenciária no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 4, p. 387-406, out./dez. 2011.

COUTO, E.S.; MEYER, D.E. Viver para ser velho? Cuidado de si, envelhecimento e juvenilização. **Rev Faced**, Salvador, s.v, n. 19, p. 21-32, jan./jun. 2011.

DEBERT, G.G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004. 266p.

FREUD, S. As neuropsicoses da defesa (1894). In:____. **Primeiras contribuições à teoria das neuroses**. Tradução Dr. C. Magalhães de Freitas. Rio de Janeiro: Delta S. A; 1958. p. 345-364. (Obras Completas de Sigmund Freud, I).

_____. Inibição, sintoma e angústia (1925a). In:____. **Inibição, sintomas e angústia**. Trad. de Dr. Odilon Gallotti. Rio de Janeiro: Delta S. A; 1959. p. 225-312. (Obras Completas de Sigmund Freud, VI).

_____. Negação (1925b). In:____. **Psicanálise aplicada**. Trad. de Dr. Isaac Izecksohn. Rio de Janeiro: Delta S. A; 1959. p. 293-297. (Obras Completas de Sigmund Freud, VII).

_____. Considerações de atualidade sobre a guerra e a morte: Nossa atitude perante a morte (1915). In:____. **Psicanálise aplicada**. Trad. de Dr. Isaac Izecksohn. Rio de Janeiro: Delta S. A; 1959. p. 221-234. (Obras Completas de Sigmund Freud, VII).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade, 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 246p.

HEIN, M.A.; ARAGAKI, S.S. Saúde e envelhecimento: um estudo de dissertações de mestrado brasileiras (2000-2009). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 8, p. 2141-2150, 2012.

HOLZMANN, L. O Trabalhador por Conta Própria no Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 34, n. 124, p. 119-137, jan./jun. 2013.

ILMARINEN. J. Aging workers. **Scand J Work Environ Health**, v. 23, Suppl. 1, p. 3-5, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da População do Brasil população brasileira envelhece em ritmo acelerado**. Rio de Janeiro, 2008 (Comunicação Social). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1272.. Acesso em: 15 jan. 2013.

MARTINEZ, M. C.; LATORRE, M. R. D. O.; FISCHER, F. M. Capacidade para o trabalho: revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, Supl. 1, p. 1553-1561, 2010.

MENDES, R.; CAMPOS, A. C. C. Saúde e Segurança no Trabalho Informal: Desafios e Oportunidades para a Indústria Brasileira. **Rev Bras Med Trab**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 209-223, jul./set. 2004.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 269p.

MOREIRA, J. O. Mudanças na Percepção Sobre o Processo de Envelhecimento: Reflexões Preliminares. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 4, p. 451-456, out./dez. 2012.

NERI, M. et al. Em busca de incentivos para atrair o trabalhador autônomo para a Previdência Social. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 363-394, set./dez. 2007.

OLIVEIRA, F. R. S.; DUTRA, M. C.; TEIXEIRA, L. R. Sentido de corpo e percepção de envelhecimento de adultos e idosos. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 8, n. 25, p. 32-41, jul./set. 2010.

SANTOS, I.; et al. **O grupo pesquisador construindo ações de autocuidado para o envelhecimento saudável: pesquisa sociopoética.** Esc Anna Nery (impr.), v. 15, n. 4, p. 746-754, out./dez. 2011.

SILVA, A. C. S.; SANTOS, I. Promoção do autocuidado de idosos para o envelhecer saudável: aplicação da teoria de Nola Pender. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 19, n. 4, p. 745-753, out./dez. 2010.

SOARES, R. J. O. et al. Fatores facilitadores e impeditivos no cuidar de si para Docentes de enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 20, n. 4, p. 758-765, out./dez. 2011.

SOUZA, R. F.; MATIAS, H. A.; BRÊTAS, A. C. P. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 6, p. 2835-2843, 2010.

TIRYAK, G. F. A informalidade e as flutuações na atividade econômica. **Estudos Econômicos**, Sao Paulo, v. 38, n. 1, p. 97-125, jan./mar. 2008.

WHO. World Health Organization. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: www.prosaude.org/publicacoes/diversos/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 5 out. 2012.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode se observar que os autônomos possuem perspectivas tanto positivas quanto negativas em relação ao envelhecimento. Entretanto, percebe-se que ocorre uma negação do processo quando essas são negativas, quando positivas o processo consegue ser assimilado pelos sujeitos, porém, pode-se dizer que ele é encarado de forma parcial. A negação do processo ocorre seja porque o sujeito não quer pensar sobre, seja porque ele acredita que pode ser evitado “mantendo a mente jovem”, ou porque ele observa o processo de envelhecimento somente no outro, mas não em si, ou porque ele confunde o processo de envelhecimento com a fase da velhice.

Em relação às perspectivas de velhice, foram construídas por meio dos significados atribuídos pelos sujeitos sobre esta fase da vida. Também emergiram perspectivas tanto positivas quanto negativas, entretanto observou-se significados bastante arraigados nos estereótipos socialmente construídos. Um ponto a ser ressaltado é que quando os sujeitos estavam pensando sobre a sua velhice houve uma associação dessa fase com a morte, o que sugere a hipótese de que essa associação auxilie na atitude de negação dos sujeitos sobre o processo de envelhecimento e velhice.

Sobre a centralidade do trabalho e o cuidar de si, apesar de os sujeitos terem afirmado não fumarem e beberem apenas socialmente ficou evidente que, mesmo tendo consciência da importância de se exercitarem e de terem uma alimentação saudável, não possuem esses cuidados. Afirmam não terem tempo de ficar doentes e só irem a médicos em suas férias. Com o avançar da idade demonstraram aumentar a preocupação em relação ao cuidar de si e manutenção da sua capacidade para o trabalho. Entretanto, pode-se perceber que, de um modo geral, os sujeitos cuidam de si de forma bastante parcial e que a centralidade do trabalho na vida desses sujeitos não contribui para esse processo de cuidar-se.

Em termos do futuro incerto e o aposentar-se, os sujeitos demonstraram consciência da necessidade de possuir uma organização sobre sua renda, já que esta é variável e livre de benefícios. Preocupam-se com seu sustento na velhice, externaram contribuir para previdência pública ou privada, entretanto, não de forma regular. Por outro lado, a insatisfação e a insegurança em relação à previdência social acarretam na busca por parte dos sujeitos, de recursos próprios para seu sustento no futuro. Além disso, a consciência de que a aposentadoria traz apenas certa tranquilidade implica nos autônomos planejarem seguir trabalhando neste período. O lado positivo é que essa categoria possui a possibilidade de não fazer uma parada abrupta nesta fase de aposentadoria, mas sim ir diminuindo, de forma gradual, de acordo com suas possibilidades e necessidades.

Acredita-se que, por todas estas questões supracitadas, do ponto de vista psicológico, torna-se intolerável para os indivíduos pensar no processo de envelhecimento de maneira ampla e significativa, de forma que se reverta em comportamentos preventivos e de cuidados de si. Sendo assim, apesar desses trabalhadores terem a intenção ou a necessidade de seguirem trabalhando após a aposentadoria, com esse tipo de comportamento essa possibilidade torna-se mais remota do que acreditam que irá ocorrer. Em suma, os trabalhadores autônomos não possuem clareza no entendimento de seu processo de envelhecimento, o que acarreta em cuidados parciais tanto da sua saúde quanto no seu planejamento financeiro.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, F. C.; ALMEIDA, M. I.; NÓBREGA-THERRIEN, S. M. Estudos sobre Envelhecimento no Brasil: Revisão Bibliográfica. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155-167, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde – MS. Conselho Nacional de Saúde – CNS. **Resolução Nº 466 de 12 de dezembro de 2012.** Brasília, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> . Acesso em: jul. 2014

CAMARANO, A.A.; KANSO, S.; FERNANDES, D. Envelhecimento populacional, perda da capacidade laborativa e políticas públicas brasileiras entre 1992 e 2011. **Textos para discussão n. 1890.** Brasília/Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, out. 2013.

CAMARANO, A.A.; PASINATO, M.T. Envelhecimento funcional e suas implicações para a oferta da força de trabalho brasileira. **Texto para discussão nº1326.** Brasília/Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2008.

CHAHAD, J. P. Z.; CACCIAMALI, M. C. As transformações estruturais no setor de transporte rodoviário e a reorganização no mercado de trabalho do motorista de caminhão no Brasil. **Revista da ABET**, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 120-50, jul./dez. ne2005.

COSTANZI, R. N.; BARBOSA, E. D.; RIBEIRO, H. V. M. A experiência do microempreendedor individual na ampliação da cobertura previdenciária no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 4, p. 387-406, out./dez. 2011.

COUTO, E. S.; MEYER, D. E. Viver para ser velho? Cuidado de si, envelhecimento e juvenalização. **Rev Faced**, Salvador, s.v, n. 19, p. 21-32, jan./jun. 2011.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice:** socialização e processo de reprivatização do envelhecimento. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004. 266p.

FREUD, S. As neuropsicoses da defesa (1894). In:____. **Primeiras contribuições à teoria das neuroses**. Trad. de Dr. C. Magalhães de Freitas. Rio de Janeiro: Delta S. A; 1958. p. 345-364. (Obras Completas de Sigmund Freud, I).

_____. Inibição, sintoma e angústia (1925a). In:____. **Inibição, sintomas e angústia**. Trad. de Dr. Odilon Gallotti. Rio de Janeiro: Delta S. A; 1959. p. 225-312. (Obras Completas de Sigmund Freud, VI).

_____. A negação (1925b). In:____. **Psicanálise aplicada**. Trad. de Dr. Isaac Izecksohn. Rio de Janeiro: Delta S. A; 1959. p. 293-297. (Obras Completas de Sigmund Freud, VII).

_____. Considerações de atualidade sobre a guerra e a morte: nossa atitude perante a morte (1915). In:____. **Psicanálise aplicada**. Trad. de Dr. Isaac Izecksohn. Rio de Janeiro: Delta S. A; 1959. p. 221-234. (Obras Completas de Sigmund Freud, VII).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade, 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 246p.

HEIN, M. A.; ARAGAKI, S. S. Saúde e envelhecimento: um estudo de dissertações de mestrado brasileiras (2000-2009). **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 8, p. 2141-2150, 2012.

HOLZMANN, L. O trabalhador por conta própria no Brasil. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 34, n. 124, p. 119-137, jan./jun. 2013.

ILMARINEN J. Aging workers. **Scand J Work Environ Health**, Scandinavian, v. 23, Suppl. 1, p. 3-5, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeção da População do Brasil população brasileira envelhece em ritmo acelerado**. Rio de Janeiro, 2008 (Comunicação Social). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1272. Acesso em: 15 jan. 2013.

IRIART, J.A.B. et al. Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 165-174, 2008.

MARTINEZ, M. C.; LATORRE, M. R. D. O.; FISCHER, F. M. Capacidade para o trabalho: revisão de literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, Supl. 1, p. 1553-1561, 2010.

MENDES, R.; CAMPOS, A. C. C. Saúde e Segurança no Trabalho Informal: Desafios e Oportunidades para a Indústria Brasileira. **Rev Bras Med Trab**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 209-223, jul./set. 2004.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 269p.

MOREIRA, J. O. Mudanças na Percepção Sobre o Processo de Envelhecimento: Reflexões Preliminares. **Psicologia Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 4, p. 451-456, out./dez. 2012;

NERI, M. et al. Em busca de incentivos para atrair o trabalhador autônomo para a Previdência Social. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 363-394, set./dez. 2007.

OLIVEIRA, F. R. S.; DUTRA, M. C.; TEIXEIRA, L. R. Sentido de corpo e percepção de envelhecimento de adultos e idosos. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, São Caetano do Sul, v. 8, n. 25, p. 32-41, jul./set. 2010.

SANTOS, I.; et al. O grupo pesquisador construindo ações de autocuidado para o envelhecimento saudável: pesquisa sociopoética. *Esc Anna Nery* (impr.), Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 746-754, out./dez. 2011.

SILVA, A. C. S.; SANTOS, I. Promoção do autocuidado de idosos para o envelhecer saudável: aplicação da teoria de Nola Pender. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 19, n. 4, p. 745-753, out./dez. 2010.

SOARES, R. J. O. et al. Fatores facilitadores e impeditivos no cuidar de si para Docentes de enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 20, n. 4, p. 758-765, out./dez. 2011.

SOUZA, R. F.; MATIAS, H. A.; BRÊTAS, A. C. P. Reflexões sobre envelhecimento e trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 6, p. 2835-2843, 2010.

TIRYAK, G. F. A informalidade e as flutuações na atividade econômica. **Estudos Econômicos**, Sao Paulo, v. 38, n. 1, p. 97-125, jan. / mar. 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Envelhecimento Ativo**: uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: www.prosaude.org/publicacoes/diversos/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: 5 out. 2012.

ANEXOS

Anexo A. Parecer Comitê de Ética

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Vida e trabalho em uma perspectiva longa: representações de trabalhadores autônomos (provisório)

Pesquisador: Yasmine Komeroski Anusz

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 15001313.9.0000.5342

Instituição Proponente: FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 261.737

Data da Relatoria: 02/05/2013

Apresentação do Projeto:

Os trabalhadores autônomos possuem como característica marcante a autossuficiência e arcam com o ônus e o bônus do que isso significa. População de estudo e procedimento amostral A população do estudo será constituída por aproximadamente 10 trabalhadores autônomos do município de Passo Fundo, com idades entre 30 e 59 anos, que estejam atuando somente como autônomo no mínimo há um ano, e que aceitem participar voluntariamente da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

Conhecer as representações do trabalhador autônomo sobre seu processo de viver e envelhecer.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Possíveis abalos emocionais

Benefícios:

Reflexão acerca do seu processo de trabalho na perspectiva de viver e envelhecer.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo e procedimento amostral, com aproximadamente 10 trabalhadores autônomos do município de Passo Fundo, com idades entre 30 e 59 anos, que estejam atuando somente como autônomo no mínimo há um ano, e que aceitem participar voluntariamente da pesquisa.

Endereço: BR 285- Km 171 Campus I - Centro Administrativo
Bairro: Divisão de Pesquisa / São José CEP: 99.010-970
UF: RS Município: PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8370 Fax: (54)3316-8798 E-mail: cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ PRÓ-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-



Continuação do Parecer: 261.737

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os direitos fundamentais do (s) participante (s) foi (ram) garantido (s) no projeto e no TCLE. O protocolo foi instruído e apresentado de modo completo e adequado. Os compromissos do (a) pesquisador (a) e das instituições envolvidas estão presentes. O projeto foi considerado claro em seus aspectos científicos, metodológicos e éticos.

Recomendações:

Sugere-se a devolução dos dados da pesquisa aos sujeitos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, este Comitê, de acordo com as atribuições definidas na Resolução 196/98, do CNS, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa na forma como foi proposto.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

PASSO FUNDO, 02 de Maio de 2013

Assinador por:
Nadir Antonio Pichler
(Coordenador)

Endereço: BR 265- Km 171 Campus I - Centro Administrativo
Bairro: Divisão de Pesquisa / São José CEP: 99.010-970
UF: RS Município: PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8370 Fax: (54)3316-8798 E-mail: cep@upt.br

Anexo B. Comprovante de submissão

ScholarOne Manuscripts x

mc04.manuscriptcentral.com/csc-scielo

Aplicativos Cálculo de Contribu... Emenda Constitucio... Obrigado por usar o... Le Gourmet www.previdencia.go... www.cnpq.br/docu... Esse Cara Fez o Jô S... LocatopPlus

Edit Account | Instructions & Forms | Log Out | [Get Help Now](#)

SciELO **Ciência & Saúde Coletiva**

SCHOLARONE[™] Manuscripts

Main Menu → Author Dashboard → Submission Confirmation

You are logged in as Yasmine Anusz

Submission Confirmation

Thank you for submitting your manuscript to *Ciência & Saúde Coletiva*.

Manuscript ID: CSC-2014-0480

Title: Perspectivas de trabalhadores autônomos sobre o seu viver e envelhecer

Authors: Anusz, Yasmine
Moretto, Cleide
Scortegagna, Helenice

Date Submitted: 30-Apr-2014

 Print

 Return to Dashboard

ScholarOne Manuscripts[™] v4.14.1 (patent #7,257,767 and #7,263,655). © ScholarOne, Inc., 2014. All Rights Reserved.
ScholarOne Manuscripts is a trademark of ScholarOne, Inc. ScholarOne is a registered trademark of ScholarOne, Inc.

 Follow ScholarOne on Twitter

[Terms and Conditions of Use](#) • [ScholarOne Privacy Policy](#) • [Get Help Now](#)

Windows taskbar showing icons for Internet Explorer, Mail, Google Chrome, and Word. System tray shows PT, network, volume, and time 12:21.

APÊNDICES

Apêndice A. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Universidade de Passo Fundo

Faculdade de Educação Física e Fisioterapia

Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa sobre “Vida e trabalho em uma perspectiva longa: representações de trabalhadores autônomos” (título provisório), sob responsabilidade da pesquisadora Yasmine Komerowski Anusz que está sob orientação e coorientação das Profas. Dras. Cleide Fátima Moretto e Helenice de Moura Scortegagna. Esta pesquisa tem por objetivo conhecer as representações do trabalhador autônomo sobre seu processo de viver e envelhecer.

A sua participação na pesquisa será de apenas um encontro com duração de aproximadamente uma hora e meia. O local e hora desse encontro serão previamente combinados. As suas informações serão gravadas e posteriormente destruídas e os dados relacionados à sua identificação não serão divulgados.

Caso ocorra algum desconforto psicológico como ansiedade, manifestações de fortes emoções, como choro, por recordar determinadas situações, ou demonstrar algum tipo de constrangimento decorrente da sua participação na pesquisa, a pesquisadora, que é psicóloga e especialista em avaliação psicológica, compromete-se em interromper a entrevista e lhe prestar acolhimento. Caso não haja condições de prosseguir a entrevista a pesquisadora se compromete ainda de orientá-lo (a) e encaminhá-lo (a) para a rede pública de apoio psicológico do município.

Além disso, a sua participação nessa pesquisa **não** é obrigatória e você pode desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento. E caso tenha alguma despesa relacionada à pesquisa, você terá o direito de ser ressarcido (a), mas a sua participação no estudo não será remunerada.

Ao participar da pesquisa, você estará contribuindo para a ampliação de conhecimento científico sobre sua categoria profissional, o que poderá contribuir para melhoria na qualidade de vida dessa população. Você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa e poderá ter acesso aos

seus dados em qualquer etapa do estudo. Os resultados da pesquisa serão divulgados provavelmente em congressos e artigos científicos, mas você está assegurado do sigilo e da confidencialidade dos dados.

E por fim, caso você tenha dúvidas sobre o comportamento da pesquisadora ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam neste TCLE, e caso se considere prejudicado (a) na sua dignidade e autonomia, você pode entrar em contato com a pesquisadora (telefone: 54 99959762), ou com o curso Mestrado em Envelhecimento Humano - UPF, ou também pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da UPF, pelo telefone (54) 3316 8370.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o (a) pesquisador (a).

Passo Fundo, ____ de ____ de 2013.

Nome do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Nome da pesquisadora: Yasmine Komerowski Anusz

Assinatura: _____

Apêndice B. Projeto de pesquisa

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
Faculdade de Educação Física e Fisioterapia
Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano
Vida e trabalho em uma perspectiva longa: atenção aos trabalhadores autônomos

Yasmine Komerroski Anusz

Passo Fundo, janeiro de 2013

Vida e trabalho em uma perspectiva longa: atenção aos trabalhadores autônomos

1 Dados de identificação

1.1 Título

Vida e trabalho em uma perspectiva longa: atenção aos trabalhadores autônomos.

1.2 Autor

Yasmine Komerowski Anusz, mestranda em Envelhecimento Humano da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da Universidade de Passo Fundo.

1.3 Orientador

Cleide Fátima Moretto; Doutora em Teoria Econômica USP, Professora titular III, Faculdade de Ciências Econômicas Administrativas e Contábeis e Programa de Pós Graduação em Envelhecimento Humano.

1.4 Co-orientador

Helenice de Moura Scortegagna; Doutora em Enfermagem pela UFSC, Professora titular da UPF, Instituto de Ciências Biológicas e Programa de Pós Graduação em Envelhecimento Humano.

1.5 Duração

Vinte e quatro meses.

1.6 Vigência

Março de 2012 a março de 2014.

1.7 Resumo

Os trabalhadores autônomos são uma categoria relevante que compõe a economia informal brasileira. Estes trabalhadores possuem como característica marcante a autossuficiência e arcam com o ônus e o bônus do que isso significa. Nesse sentido questiona-se quais as implicações de viver e envelhecer para o trabalhador autônomo? Para tanto, se busca compreender as implicações de ser um trabalhador autônomo no processo de viver e envelhecer na perspectiva desse profissional. A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa com caráter exploratório e descritivo, que se realizará no município de Passo Fundo (RS). Os sujeitos serão aproximadamente 10 trabalhadores autônomos com idades entre 30 e 59 anos e que estiverem trabalhando há, no mínimo, um ano, somente como autônomos. Os dados serão coletados por meio de entrevistas, seguindo um roteiro norteador, estas entrevistas serão gravadas e transcritas na íntegra. Os dados serão trabalhados, de acordo com Minayo (2010), pela análise temática, da análise de conteúdo. Acredita-se que os trabalhadores autônomos não percebem seu processo de envelhecimento de forma ampla e aprofundada e conseqüentemente atendem apenas as demandas da brevidade da vida, não considerando a longevidade e seus impactos na saúde e no bem viver.

1.8 Palavras-chave

Trabalhador por conta própria, auto emprego, economia informal, envelhecimento, saúde.

2 Finalidade

Produção de conhecimento como subsídio para a proposta de estratégias e planos de ação que visem melhorias na qualidade de vida e trabalho do autônomo.

3 Problemática e questão de pesquisa

Vários autores apontam que o envelhecimento populacional é um fenômeno global, existente tanto em países desenvolvidos como em países em desenvolvimento. (KRELING, 2010; CAMARANO; PASINATO, 2007; KACHAR, 2010). Conforme Kreling (2010), esse processo vem acontecendo de forma distinta entre países ricos e pobres. De acordo com Organização Mundial da Saúde - OMS (WHO, 2005) nos países desenvolvidos, o envelhecimento da população iniciou há mais tempo do que nos países em desenvolvimento,

porém, nestes últimos têm ocorrido de forma mais acelerada. Isso gera grandes desafios econômicos e sociais, no sentido de garantir o desenvolvimento, a equidade de participação e o bem-estar das pessoas, o que impacta ou deveria impactar nas políticas públicas. (KRELING, 2010)

Camarano e Pasinato (2007) ressaltam que, no caso latino-americano, desde os anos 1960, há simultaneamente uma diminuição dos níveis de fecundidade e uma queda da mortalidade, o que, segundo elas, indica taxas elevadas de idosos que viverão por mais tempo. Kachar (2010) complementa que o que também tem contribuído para a longevidade humana é o tratamento da água, a presença da medicina preventiva, as vacinas, o saneamento básico, entre outros.

Dados do IBGE (2013) apontam que, em 2050, a expectativa média de vida dos brasileiros será de 81,29 anos e que a população idosa ultrapassará 22,71% da população total. O último censo realizado pelo IBGE em 2010 deflagrou que a região Norte do Brasil apresentou uma população ainda bastante jovem apesar do contínuo envelhecimento das últimas duas décadas. Porém, as regiões Sul e Sudeste permanecem como as mais envelhecidas do país, com 8,1% de sua população formada por idosos com 65 anos ou mais. (IBGE, 2013)

Tanto a OMS (WHO, 2005) quanto Kachar (2010) reconhecem que o envelhecimento populacional e a longevidade humana são um dos maiores triunfos da humanidade, porém, como sinaliza esta autora, acarretam em mudanças estruturais que podem atingir a economia global e brasileira. Assim, a autora incentiva estudos e pesquisas na área, a fim de subsidiar o governo e setores da sociedade com informações pertinentes para um planejamento na direção de um envelhecimento saudável e ativo.

A OMS (WHO, 2005) reforça essa ideia, afirmando que os países, mesmo aqueles em desenvolvimento, como no caso o Brasil, podem custear o envelhecimento, se os governos, as organizações internacionais e a sociedade civil implementarem políticas e programas de “envelhecimento ativo” que melhorem a saúde, a participação e a segurança dos cidadãos. Ou seja, atuar na prevenção é imprescindível para a construção de uma velhice mais ativa e saudável.

Um dos fatores determinantes para um envelhecimento ativo, segundo a OMS (WHO, 2005), é o trabalho, pois este, além de fazer parte de toda a vida adulta da pessoa, tem grande influência na questão da preparação financeira para a velhice. Além disso, este órgão resalta muito a importância de um emprego, de oportunidades de trabalho digno, com uma

remuneração adequada, ambientes apropriados e protegidos. Dessa forma, as pessoas teriam muito mais chances de chegar à velhice, ainda capazes de participar da força de trabalho.

Em contrapartida, Pichler (2003) traz a realidade de que a abertura dos mercados, as inovações tecnológicas e organizacionais advindas das últimas décadas ocasionaram grandes transformações nos mercados de trabalho e no nível e distribuição de emprego. Como consequência dessas transformações, o autor aponta o aparecimento de ocupações diferentes daquelas do padrão fordista pós Segunda Guerra, altas taxas de desemprego, além de uma considerável concentração da população ocupada no setor terciário da economia.

No Brasil, essa questão tornou-se destaque durante os anos 1990, em função da década anterior, que refletiu a crise econômica e a reestruturação produtiva. (PICHLER, 2003). Foi um período em que se observou uma diminuição do setor formal, ou núcleo protegido do mercado de trabalho, e um aumento do setor informal, que o autor refere ser um núcleo pouco estruturado ou segmento de ocupados de forma precária. Assim, o autor afirma que, paulatinamente, aumentaram as formas de inserção vulneráveis no mercado de trabalho, ampliando a participação econômica do setor informal, que inclui os assalariados sem carteira assinada, os autônomos ou por conta própria, os trabalhadores domésticos e não remunerados.

De acordo com Pamplona (2001), esse setor caracteriza-se pela remuneração tender a ser menor e mais instável e pela falta de proteção trabalhista, o que geralmente acarreta em maiores jornadas de trabalho e alta rotatividade. Além disso, Pichler (2003) complementa que este setor também se caracteriza pela ausência de proteção previdenciária, que deixa o trabalhador desassistido em caso de doença ou acidente e pela baixa perspectiva de ascensão profissional.

Seguindo o mesmo autor, este ressalta que as situações desse setor, bem como o universo de trabalhadores autônomos, é bastante heterogêneo. Nesse sentido, nem todas as ocupações podem ser consideradas precárias. Pamplona (2001) reforça essa ideia, dizendo que ocupações atípicas ou transformações produtivas podem significar diferentes, mas não, piores condições de trabalho e que podem significar também, não apenas uma estratégia de sobrevivência, mas uma forma de empreendedorismo e prosperidade para muitos autoempregados.

Diante desse contexto, em que existe uma mundialização do envelhecimento humano, há uma preocupação global para um processo de envelhecimento saudável em que se possa seguir ativo até o final da vida. Considerando, ainda, a rápida transformação nas relações de trabalho, observa-se que o trabalhador autônomo ou por conta própria, além de representar uma parcela importante do setor informal, quase sua totalidade não contribui para a

previdência social. E sabe-se que, apesar dessa categoria possuir características bastante heterogêneas, pode-se afirmar que a condição do trabalho autônomo indica mais vulnerabilidade do ponto de vista da proteção social, comparados aos trabalhadores inseridos no mercado formal.

Dessa forma, percebe-se a importância de questionar quais as implicações de ser um trabalhador autônomo no processo de viver e envelhecer?

4 Justificativa

Lidar com envelhecimento é lidar com curso de vida, com o processo de desenvolvimento do ser humano. É fundamental fazer reflexões sobre o presente para que se possa fazer escolhas mais conscientes e assertivas, e que reflitam positivamente no futuro. Isto é promoção de saúde e prevenção.

De acordo com Neri (2006), o envelhecimento não fazia parte da agenda da formação dos psicólogos nem de linhas de pesquisa de departamentos acadêmicos até aquele momento, e provavelmente permanecem sem fazer parte. Para Pedroso e Diehl (2012) apesar de ser uma área em crescimento, afirmam que a produção do conhecimento em grupos de pesquisa ainda é limitada. Seguindo Neri (2006), a Psicologia, por meio de suas investigações, pode contribuir na compreensão da dinâmica do envelhecimento bem sucedido, no momento que atuar precocemente no âmbito do trabalho, da saúde e da educação e, assim, ativar as reservas de desenvolvimento das pessoas que estão vivendo e envelhecendo.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que a literatura, por vezes, trata o envelhecimento de uma forma bastante vinculada à velhice. A perspectiva de um envelhecimento ativo e com saúde abre caminhos para se aprofundar na questão do processo de envelhecimento antes de se chegar à velhice, ou seja, centrar foco na promoção de saúde e prevenção para uma velhice qualificada.

A OMS (WHO, 2005) aponta, nessa direção, quando ressalta o significado das experiências de vida e a consciência de uma perspectiva de curso de vida que influencia na maneira como cada um envelhece. Além disso, esta organização indica como imprescindível que os indivíduos se planejem e se preparem para a velhice, adotando, assim, práticas saudáveis em todas as fases de seu desenvolvimento, bem como se organizando nas questões financeiras e sociais.

Dentro dessa perspectiva do envelhecimento, falar do trabalhador autônomo justifica-se pela peculiaridade das características que essa categoria de trabalhadores enquadra-se. São

indivíduos com ocupações, ganhos, cuidados, entre outros, de inteira responsabilidade deles próprios. Assim, o futuro desses trabalhadores depende muito de atitudes e posturas por eles assumidas.

Nesse sentido, se revela importante investir em estudos nacionais e regionais sobre essa classe de trabalhadores, em virtude de ainda permanecerem às margens de políticas sociais. Produzir um conhecimento científico sobre o autônomo é também ampliar um espaço de escuta e de reflexão para essa população. E é de certa forma, contribuir para que esses trabalhadores se apropriem das características do universo em que eles estão inseridos, bem como da importância e os benefícios do cuidar de si e da prevenção, em todas as dimensões da vida, para um envelhecimento saudável e uma velhice ativa.

5 Objetivo da pesquisa

A seguir apresenta-se o objetivo geral previsto pelo presente projeto.

5.1 Objetivo geral

Compreender as implicações de ser um trabalhador autônomo no processo de viver e envelhecer na perspectiva desse profissional.

6 Revisão da literatura

A presente revisão trata inicialmente do envelhecimento ativo. Apresenta algumas definições sobre o envelhecimento humano, enfatizando o processo do envelhecimento e não a velhice propriamente dita. Entende-se que falar da velhice também é importante, mas não o foco. E, dessa forma, traz os determinantes do envelhecimento ativo relacionados pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2005). Além deste tema, trata da definição do conceito de autônomo, pois entende ser de extrema relevância, já que este é o sujeito da pesquisa. Além disso, contextualiza quem é esse autônomo no mundo, no Brasil e no município de Passo Fundo, bem como aprofunda a realidade do trabalhador autônomo num contexto socioeconômico.

6.1 Envelhecimento Ativo

Kalache e Kickbush (1997), Duarte (2007) e Keinert e Rosa (2009) afirmam que o termo “envelhecimento ativo” foi criado pela Organização Mundial da Saúde no final da década de 1990. Este termo, de acordo com os autores, veio para substituir o termo “envelhecimento saudável” até então utilizado. Além disso, eles complementam que essa nova nomenclatura transmite uma mensagem mais abrangente do que a anterior e que reconhece, além dos cuidados com a saúde, outros fatores que afetam o modo como os indivíduos e as populações envelhecem.

O envelhecimento populacional, segundo Albuquerque (2005), caracteriza-se pelo aumento da idade média populacional, que ocorre devido ao aumento relativo do número de idosos no total da população. E, para sua identificação, de acordo com a autora, é preciso a continuidade desse processo e um período de tempo.

Segundo Kletember et al. (2010) e Carlos (s.d.), em 1982, na assembleia mundial sobre o envelhecimento, ocorrida em Viena, todos os países, mas em especial os em desenvolvimento, foram alertados a refletir sobre o impacto do envelhecimento populacional em suas sociedades. Conforme Pedroso e Diehl (2012), isso gerou forte repercussão em diversos segmentos profissionais, fazendo com que, nas últimas décadas, aumentassem no Brasil e, conseqüentemente, nos estados brasileiros, como o estado do Rio Grande do Sul, programas destinados à população idosa. Entende-se a importância desses movimentos destinados a essa população, porém, cabe ressaltar a relevância de atentar-se também para o processo de envelhecimento dos indivíduos em si.

6.1.1 Envelhecimento como Processo

De acordo com Lebrão (2009), nas últimas cinco décadas, em função de mudanças nos níveis de mortalidade e fecundidade, a população brasileira, como a da América Latina e Caribe, vem sofrendo, transições anteriormente nunca vistas. Wong e Moreira (2000) afirmam que no período entre 1950 a 2050 se observará, na América Latina, a mais intensa transição demográfica.

Para Lebrão (2009), a diminuição da mortalidade e da natalidade levou ao envelhecimento da população. E traz, para ilustrar, dados que confirmam essa realidade no Brasil: como em 1940 os jovens abaixo de 15 anos eram 42,6% e de idosos (60 anos e mais) eram 4,1% enquanto que em 2000 os jovens eram 29,6% e os idosos 8,6%. Sabe-se que dados

deflagrando o fenômeno do envelhecimento populacional já são bastante conhecidos, mas entende-se ser importante trazê-los para a contextualização do presente estudo.

Pedroso e Diehl (2012) ressaltam que, em função do aumento nas frequências absolutas e relativas de idosos comparados aos grupos mais jovens, a sociedade no último século passou por contundentes transformações. E estas mudanças, para os autores, geram a necessidade de estudos dedicados ao Envelhecimento Humano.

Assim, sente-se a necessidade de buscar algumas definições para o que venha ser envelhecimento humano. Para Carvalho Filho (1994 apud PEDROSO; DIEHL, 2012, p.19) o envelhecimento é um processo dinâmico e progressivo, onde existem alterações funcionais e morfológicas, mas também psicológicas e bioquímicas, que levam a uma perda progressiva da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente. Isto, de acordo com o autor, gera um aumento da vulnerabilidade do indivíduo, o que propicia uma maior incidência de patologias que acabam ocasionando o óbito.

Robledo (1994), na mesma direção, entende como sendo um processo dinâmico e progressivo, mas ressalta que não decorre de um único fator e também não pode ser considerado nem doença, nem um erro evolutivo. Confirma sua irreversibilidade, onde se interagem múltiplos fatores como os biológicos, os psicológicos e os sociais.

Estes mesmos fatores também são ressaltados por Sant'anna (2003), que incorpora a multidimensionalidade do conceito do envelhecimento, contrapondo a questão de ser normalmente identificado como apenas um processo cronológico. Além disso, a autora complementa que as características do envelhecimento são bastante particulares, variando de indivíduo para indivíduo, mesmo que expostos às mesmas condições.

Jacob Filho (2009) resume que o envelhecimento pode ser entendido como um processo de diminuição da funcionalidade, mas sem comprometer, de forma geral, as atividades do cotidiano. Este autor traz a ideia de que a existência de uma limitação funcional evidente, mesmo em um idoso com idade avançada, é em função de um processo fisiopatológico, ou seja, de uma doença, denominados de senilidade ou envelhecimento secundário e não atribuíveis ao processo natural de envelhecimento também conhecido como senescência ou envelhecimento primário.

Brêtas e Oliveira (1999), também trazem a questão do conceito ser pluridimensional, mas ressaltam sobre este ser hegemonicamente intrincado pelo simbolismo de danos e conotações negativas. Estas buscam quebrar esse paradigma e abordam sobre as aquisições tanto individuais como coletivas geradas pelo tempo decorrido, contudo com uma visão

bastante realista do fenômeno, entendendo que ganhos e perdas são processos inseparáveis e simultâneos.

Por fim, Santos (2003) oportunamente lembra que este fenômeno é um processo que ocorre desde o nascimento até a morte do indivíduo. Porém, as transformações ocorridas ao longo do ciclo de vida, de acordo com a autora, evidenciam-se na velhice. Esta ressalta que, do ponto de vista social, a diminuição da produtividade, do poder físico e econômico nos idosos, acaba sendo os aspectos mais deflagrados em economias capitalistas.

Dessa forma, Jacob Filho (2009) argumenta que não teme em afirmar que se o século XX foi palco de uma grande revolução demográfica mundial, o século XXI servirá para solucionar os problemas desencadeados por essa mudança. Para tal, o autor destaca que diversas possibilidades de atuação em todas as fases do desenvolvimento humano terão que ser implementadas. Nos países de economia mais frágil, como os da América Latina e Caribe, o processo de envelhecimento ocorre em meio à pobreza, desigualdades sociais e econômicas, o que acaba somando às dificuldades de acesso aos serviços e recursos coletivamente financiados. (PALLONI; PELÁEZ, 2003 apud LEBRÃO, 2009, p.24). Isso ocorre, de acordo com Lebrão (2009), devido à revolução médica e de saúde pública, que provocou o declínio da mortalidade há quase meio século.

Porém, Lebrão (2009) ressalta que na América Latina, bem como no Brasil, não ocorre uma transição, mas sim uma sobreposição epidemiológica, ou seja, embora tenhamos doenças do desenvolvimento, como as crônicas não transmissíveis, ainda são grandes as proporções de doenças de países não desenvolvidos, como as doenças infecciosas e parasitárias. A autora afirma que, embora os países em desenvolvimento continuem lutando contra doenças infecciosas, má-nutrição e complicações do parto, devido às mudanças demográficas, são cada vez mais acometidos com as doenças não transmissíveis. E, assim, esta afirma que essa sobreposição epidemiológica comprime os recursos já bastante escassos.

Lebrão (2009) chama a atenção para o fato de doenças crônicas serem causas significativas de incapacidades e redução da qualidade de vida de adultos e principalmente de idosos, seja em países desenvolvidos como nos em desenvolvimento. A autora afirma que os EUA já demonstram a queda dessas incapacidades em relação ao que era esperado, após a adoção de ações voltadas para a promoção da saúde e mudanças de hábitos. Assim, ela faz um alerta no sentido de termos que mudar o paradigma atual, que associa doença e dependência às pessoas idosas, isso deve ser substituído por mudanças que acarretem em mais tempo de independência e atividade.

E essas mudanças devem ocorrer ao longo de toda a vida do indivíduo e não apenas na velhice. Jacob Filho (2009) traz essa ideia de forma mais clara quando afirma acreditar na preservação da funcionalidade de quem envelhece. E para isso, afirma o autor, é necessária uma busca universal de soluções focadas na prevenção, bem como na recuperação da saúde dos indivíduos.

Para o autor, é claro que a “Promoção do Envelhecimento Saudável” é uma prioridade para as “Instituições de Saúde” de agora em diante. Ele afirma que cada atitude preventiva será fundamental para a condição futura do indivíduo, e que para isso é necessária a implementação de cuidados com a saúde global do ser humano desde a sua concepção até a morte.

De acordo com Albuquerque (2005), a Política Nacional do Idoso (PNI), criada em 1994, preconiza:

[...] a promoção do envelhecimento saudável, a manutenção e a melhoria, ao máximo, da capacidade funcional dos idosos, a prevenção de doenças, a recuperação da saúde dos que adoecem e a reabilitação daqueles que venham a ter a sua capacidade funcional restringida, de modo a garantir-lhes permanência no meio em que vivem, exercendo de forma independente suas funções na sociedade. (ALBUQUERQUE, 2005, p. 43).

A autora afirma, também, que outro termo bastante difundido a partir de meados dos anos 1960 é o de envelhecimento bem-sucedido. Para a autora, este termo veio associado a uma relevante mudança ideológica, no sentido de não associar mais a velhice e o envelhecer a doenças, inatividades ou a diminuição do desenvolvimento.

Teixeira e Neri (2008) abordam a ideia de que o envelhecimento bem-sucedido aproxima-se de um princípio organizacional no sentido de alcance de metas, e adquirindo uma abordagem ampla e multidimensional ultrapassa a objetividade da saúde física. As autoras enfatizam a importância de uma autopercepção focada nas alternativas de adaptação às mudanças decorrentes do envelhecimento. Para elas, o bem envelhecer é diretamente relacionado a valores e peculiaridades de cada indivíduo e que permeiam toda a existência, incluindo as condições próximas da morte.

Neri (2006) aponta que envelhecimento bem-sucedido indicava uma ausência de doenças e o máximo de atividade e envolvimento. Entretanto, a autora complementa o conceito de envelhecimento bem-sucedido em uma perspectiva do modelo psicológico, o que significa simplesmente ser e fazer o que se pode da melhor forma possível contando com os

recursos que se dispõe. Ou seja, segundo a autora, são processos de otimização seletiva baseados na compensação.

De um modo geral, todos esses termos voltados à definição de um envelhecimento com qualidade, foram e são importantes, no sentido da construção de uma mudança paradigmática relacionada ao tema. Porém, para o presente estudo adota-se a definição de Envelhecimento Ativo, que, como já foi dito anteriormente veio para substituir e ampliar a definição de envelhecimento saudável. (TEIXEIRA; NERI, 2008). Envelhecimento ativo, segundo a OMS (WHO, 2005), é uma otimização das oportunidades de segurança, participação e saúde, que objetivam melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem.

Alguns autores, como Keinert e Rosa (2009) e Duarte (2007) apontam que o envelhecimento ativo é uma abordagem baseada nos princípios de independência, participação, dignidade, assistência e autorealização e, sobretudo, no reconhecimento dos direitos humanos das pessoas mais velhas estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, elas ressaltam que o enfoque do planejamento estratégico deixa de ser baseado nos cuidados e necessidades biológicas e passa a focar-se na igualdade de direitos dos mais velhos e na oportunidade de tratamento em todos. Com esta abordagem, o planejamento estratégico deixa de ter um enfoque baseado nas necessidades biológicas ou de cuidados (que considera as pessoas mais velhas alvos passivos) e passa ter um enfoque baseado nos direitos, o que permite o reconhecimento dos direitos dos mais velhos à igualdade de oportunidades e tratamento em todas as áreas da vida à medida que envelhecem.

Tal conceito, de acordo com Duarte (2007), é de ampla aplicação e permite que as pessoas conscientizem-se de seus potenciais mental, físico e social ao longo do seu ciclo de vida. Para a autora é de extrema importância que se possa proporcionar segurança, proteção e adequados cuidados para que as pessoas possam viver socialmente de acordo com suas necessidades, desejos e capacidades. Essas intervenções, segundo a autora, são muito relevantes em todas as fases da vida, a ainda influenciam o envelhecimento ativo.

De acordo com Jacob Filho (2009), em 2002 ocorreu em Genebra o último encontro realizado pela OMS, sobre o envelhecimento. Nesta reunião, segundo o autor, foi enfatizada a questão do envelhecimento ativo e se propôs como algumas diretrizes ações que contemplam desde o cuidado com a gestante e os impactos no desenvolvimento desse futuro idoso até as fases mais avançadas da vida, no sentido de estimular suas atitudes para que usufrua o que a comunidade tem a lhe oferecer.

Duarte (2007) aponta que a abordagem do envelhecimento ativo proporciona para a população, uma base para o desenvolvimento de estratégias locais, nacionais e globais. Mas esta ressalta que, se não implementadas, acabam sendo de pouca ou nenhuma utilidade. Para a autora, a OMS afirma que se as sociedades colocarem em prática as políticas e programas de envelhecimento ativo todos os países poderão custear o seu envelhecimento populacional, mas ressalta que para os países em desenvolvimento esta implementação não é uma questão de opção e sim de necessidade.

Para Keinart e Rosa (2009), as políticas nacionais, estaduais e municipais já começaram a embasar-se no conceito de envelhecimento ativo, o qual considera o idoso um cidadão como qualquer outro, portador de direitos e deveres, e também um recurso de sua comunidade. Na visão das autoras, o envelhecimento ativo, como base das políticas sociais, tende a aumentar cada vez mais. E ressaltam, também, o papel do Estado, pois apesar de a responsabilidade pelo bem envelhecer respaldada em lei seja de todos, é ele quem deve criar condições, especialmente na melhoria da qualidade de vida e em termos de prevenção, para que o indivíduo, a família e a sociedade consigam fazer sua parte.

As autoras trazem como exemplo que, no Brasil, na cidade de São Paulo, O Programa de Envelhecimento Ativo tornou-se Lei 14.905/2009. Este Programa, segundo as autoras, além de atentar para a assistência integral ao idoso e proporcionar práticas que melhorem sua qualidade de vida, ressalta e estimula a importância de um modo de vida mais saudável em todas as fases do ciclo de vida.

6.1.2 Determinantes do envelhecimento ativo

De acordo com a OMS (WHO, 2005), existem diversos fatores que são “determinantes” para um envelhecimento ativo. Para a OMS, a compressão desses fatores é fundamental para que se tenha êxito na elaboração de políticas e programas destinados a essa área. Cabe ressaltar que a OMS entende que esses determinantes aplicam-se a todas as idades, embora o foco seja a velhice com qualidade.

A OMS (WHO, 2005) definiu como principais determinantes para um envelhecimento ativo os fatores relacionados aos serviços de saúde e sociais, fatores comportamentais dos indivíduos, fatores relacionados aos aspectos pessoais, fatores relacionados ao ambiente físico e social e fatores econômicos (Figura 1). Além disso, a OMS complementa que esses fatores determinantes possuem a cultura e o gênero como fatores transversais que perpassam todos eles.

Figura 1 Os determinantes do envelhecimento ativo



Fonte: adaptado de WHO (2005, p. 19).

Dentro do determinante relacionado aos *sistemas de saúde e serviço social* a OMS ressalta a promoção de saúde e prevenção de doenças, os serviços curativos, a assistência a longo prazo e os serviços de saúde mental. No determinante *comportamental* são apontados o tabagismo, a atividade física, a alimentação saudável, a saúde oral, o álcool, os medicamentos, a iatrogenia e a adesão aos tratamentos. Já no determinante *aspectos pessoais*, destacam-se a biologia e a genética e os fatores psicológicos. No determinante *ambiente físico*, engloba moradia segura, risco de quedas, água limpa, ar puro e alimentos seguros. No determinante *ambiente social*, o apoio social, a violência e os maus tratos contra o idoso, bem como a educação e a alfabetização o compõe. E, por último, mas não menos importante, o determinante *econômico*, onde se apontam a renda, a proteção social e o trabalho como fatores de influência.

De acordo com Duarte (2007), o envelhecimento ativo é pautado pelo envolvimento de todos. Para a autora, a solidariedade entre as pessoas de diferentes faixas etárias e a interdependência, são os princípios mais relevantes dessa política. Já a OMS considera um desafio da política de saúde, na medida em que as pessoas envelhecem, alcançar um equilíbrio entre autocuidado, apoio informal, que seria o cuidado de familiares e amigos, e o cuidado formal, que seria o serviço social e de saúde. Para essa organização, é claro, que uma

considerável parte dos cuidados que os indivíduos necessitam pode ocorrer por eles mesmos ou pelos cuidadores informais, porém o que ocorre é que a maioria dos países possui como maior parte das despesas os cuidados institucionais, aplicando seus recursos de forma indevida, pois poderia ser solucionado de outra maneira.

Assim, a OMS preconiza que razões não faltam, principalmente do ponto de vista econômico, para que se implante políticas e programas de incentivo a um envelhecimento ativo. Ou seja, pessoas que se mantêm saudáveis à medida que envelhecem, aumentam sua participação social, reduzem os custos com cuidados e aumentam as possibilidades de seguir produtivas e trabalhando. (WHO, 2005) E, ainda, complementa que programas, nesse sentido, auxiliam as pessoas a trabalharem de acordo com suas capacidades e preferências, além de prevenirem e retardarem incapacidades e doenças crônicas que são caras para os indivíduos, para as famílias e para os sistemas de saúde.

6.2 Trabalhador Autônomo: conceito e peculiaridades

Süssekind (2009) afirma que, ao contrário do empregado, o trabalhador autônomo assume o risco da atividade profissional que exerce. O autor cita Jean-Claude Javillier (1978 apud SÜSSEKIND, 2009, p. 18): “no regime capitalista o empregador assume todo o risco econômico. O empregado, nenhum. A subordinação é, portanto, o reflexo dessa relação de produção.”

Martins (2005 apud SÜSSEKIND, 2009, p.17) acentua que, necessariamente, o prestador de serviços será uma pessoa física e o contratante dos serviços poderá ser pessoa física ou jurídica. Pondera que, nesta relação de trabalho, não existe subordinação com o contratante, diferentemente da existente na relação de emprego. Assim, de acordo com Süssekind (2009), o trabalhador autônomo distingue-se do empregado, pois este, além de ser subordinado juridicamente ao empregador, não assume risco algum de sua atividade, ficando este de inteira responsabilidade do empregador.

Já, de acordo com o autor, no caso do autônomo que explora a sua força de trabalho em seu benefício, executa a sua atividade de trabalho por vontade própria e assume o risco dessa atividade. E assim o autor traz a definição do artigo 4 (alínea c, da Lei nº 5.890/1973): “Trabalhador autônomo é aquele que exerce habitualmente, e por conta própria, atividade profissional remunerada.” (SÜSSEKIND, 2009, p.18)

O autor afirma que na Constituição o artigo 114, inciso I, cogita como uma das modalidades de relação a do trabalhador autônomo e que este é tanto o trabalhador que

habitualmente ou eventualmente, mas por conta própria, exerce uma atividade profissional remunerada em favor de terceiros. E, de acordo com o autor, é indiferente, se a relação de trabalho estabelecida é por um ajuste verbal ou por um contrato escrito de locação de serviços, mas o importante a ser ressaltado é que o trabalho seja realizado por pessoa física e praticado sem as características da relação de emprego, descrita nos artigos. 2º e 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Assim, sendo um profissional liberal ou um marceneiro, contratados sem as características que configuram uma relação de emprego, estes são igualmente, perante a lei brasileira, considerados trabalhadores autônomos.

Por outro lado, Krein e Proni (2010) argumentam que em 1993 na 15ª International Conference of Labour Statisticians, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) empenhou-se para estabelecer uma definição consensual no sentido de equiparar critérios de medida com um mínimo de informações sobre o mercado de trabalho, e que pudessem ser incorporados pela maioria dos países. Por isso, de acordo com os autores, foi decidido adotar o critério criado em 1991, que definia que as unidades econômicas informais podem ser de dois tipos: “empreendimentos unipessoais ou familiares; e microempresas com trabalho assalariado.” (KREIN; PRONI, 2010, p.11). Porém, apesar de todos os esforços, as discordâncias em relação à generalização do conceito persistiram ao longo dos anos 1990, segundo os autores. Estes complementam que dúvidas a respeito de como classificar o trabalhador doméstico com carteira assinada ou o autônomo que presta serviços para uma única empresa seguiam ocorrendo além das dificuldades de estabelecer uma padronização na classificação internacional das atividades econômicas.

De acordo com Lohmann, Luber e Müller (1999) e Pamplona (2003), ainda, é difícil de encontrar na literatura nacional e internacional uma definição bastante clara e padrão de autoemprego. Segundo Lohmann, Luber e Müller (1999) essa definição varia de acordo com o órgão que a define como, por exemplo, a segurança social ou a área jurídica. Dessa forma, Hakim e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (1988 e 1986 apud LOHMANN; LUBER; MÜLLER, 1999, p.12) afirmam que a maioria dos dados referentes ao autoemprego não deflagra realmente a categoria e tendem a subestimá-la.

De qualquer forma, Lohmann, Luber e Müller (1999) e Kon (2003) tentam trazer uma definição para os trabalhadores independentes ou self-employed, e dizem que estes podem ser definidos como aqueles que trabalham em seus próprios negócios visando o lucro e arcando com os impostos e por conta própria. Para Aronson (apud LOHMANN; LUBER; MÜLLER, 1999, p.12), Pamplona (2003) e Kon (2003) este trabalhador diferencia-se totalmente do

empregado assalariado em função do seu grau de autonomia e controle sobre suas atividades laborais.

Pamplona (2003) e Kon (2003) ainda acrescentam que, no autoemprego, a participação do proprietário é inerente à atividade produtiva, além disso, não possui salário e sim renda, que é definida pela sua produtividade e pela demanda do mercado. Para o autor, o principal objetivo do trabalhador autônomo é prover seu próprio emprego, ou seja, seu meio de subsistência e não de acumular capital.

Já na visão de Kon (2003), a heterogeneidade da categoria e a diversidade de atividades podem gerar objetivos diferenciados como o de conseguir uma renda apenas para a sobrevivência ou a de acumular um excedente de capital, que poderá ser reinvestido em uma escala mais ampla de produção.

Krein e Proni (2010) oportunamente destacam que, no Brasil, é histórica a heterogeneidade e a expressiva participação do trabalho autônomo. E exemplificam que a categoria de autônomo abarca:

[...] o trabalho desqualificado e de baixo rendimento, o profissional especializado e de alto rendimento, o serviço em setores estruturados e em circuitos de alta renda, o serviço que tem como clientela a baixa renda, o serviço prestado à empresa (com ou sem tecnologia ou especialização), a consultoria, o tele trabalho, o pedreiro por conta própria, o motorista que adquiriu seu veículo, o *motoboy*, o publicitário, o *free lance* etc. (KREIN; PRONI, 2010, p.31).

Jacobsen, Martins e Dombrowski (2000) utilizam o termo *autônomo* ou *conta própria* como sinônimos e dizem que este trabalhador é aquele que explora seu próprio negócio ou atividade e atende diretamente o consumidor seja pessoa física ou jurídica. Mas fazem uma subdivisão entre o *autônomo para empresa* e o *autônomo para o público*. De acordo com os autores, o primeiro trabalha exclusivamente para uma ou algumas empresas, mas com total autonomia sobre seu trabalho e podendo receber por produção. Já o autônomo para o público, segundo os autores, é identificado como a pessoa que explora seu próprio negócio ou ofício, sozinho ou com sócio(s) ou, ainda, com ajuda de trabalhadores ou de familiares e presta seus serviços diretamente ao consumidor, sem usar a intermediação de uma empresa ou pessoa.

Para o IBGE (2008), em estudo feito sobre esses trabalhadores, o termo utilizado para referir-se a esse trabalhador é o de “conta própria” e o classifica como o indivíduo que explora seu próprio negócio, sozinho ou com sócio. Diferentemente dos autores anteriores, observa-se pela mesma fonte, que este trabalhador caracteriza-se por não possuir empregado

ou não empregar trabalhador remunerado, mas que pode contar ou não com a ajuda de trabalhador não remunerado ou familiar.

A mesma publicação (IBGE, 2008), também, ressalta que existem muitas variações dessa forma de inserção no mercado, pois este possui autonomia sobre suas atividades e sobre sua jornada de trabalho e não possui subordinação. E, ainda, sinaliza que possui como característica a inconstância de seu trabalho e devido a isso seu rendimento normalmente é variável. De acordo com a mesma fonte, estudar este trabalhador é lidar com um universo muito heterogêneo em função da variedade de características das atividades desenvolvidas e da própria categoria em si.

Hallak Neto et al. (2012) conceituam o trabalhador autônomo como aquele que sozinho ou em conjunto com outro(s), trabalha no seu negócio. Estes ressaltam que essa categoria de trabalhadores recebe rendimento misto e não salário ou remuneração, pois estes termos estariam vinculados ao fator emprego. Complementam, ainda, que trabalhadores familiares não remunerados e que exercem atividade total ou parcial de produção mercantil, também são considerados autônomos.

Galleazzi (1994) define o trabalhador por conta própria como o que exerce uma atividade econômica em pequena escala, que é caracterizada pela participação de sua própria mão de obra, mas que também pode contar com o auxílio de familiares ou ajudantes. A autora diz que, em função do tamanho da produção sempre se tem o controle do processo do trabalho como um todo. Para ela, o trabalhador por conta própria inclui o autônomo e o dono de negócio familiar e, diferentemente de outras fontes, ela exclui o profissional liberal, que seria o profissional universitário autônomo, pois ela entende que este possui uma lógica diferente daquela das categorias típicas do autoemprego.

Já Kon (2003) identifica autoemprego como outro termo utilizado na literatura como sinônimo de por conta própria ou autônomo. Argumenta que este termo veio para fazer uma distinção entre o trabalhador dependente, ou seja, empregado, do trabalhador independente, ou seja, autoempregado. Para Bryson e White (1997; PAMPLONA, 2000 apud KON, 2003, p. 50), o autoempregado possui autonomia e controle sobre sua atividade e a exerce dentro de um negócio exclusivo ou parcialmente seu, ou seja, o exemplo mais direto de um autoemprego seria uma empresa com um único trabalhador que é tanto força de trabalho como detentor do capital. A autora reforça que este não vende sua força de trabalho no mercado, mas que auto se auto emprega ou é “capital de si mesmo”. (KON, 2003, p.50)

Por outro lado, a autora chama a atenção para o conceito muito generalizado dessa categoria e que por isso pode incluir trabalhadores com diferentes graus de autonomia, seja

pela decisão do processo de trabalho, seja na geração e apropriação de um excedente de produção ou na detenção dos meios de produção. Ela ressalta essa questão, pois existem trabalhadores autônomos que trabalham para empresas, de forma esporádica ou temporária, submetendo-se ao processo de trabalho estipulado pela empresa, mas sem vínculo legal de trabalho. A única situação que diferencia o autônomo de um assalariado sem carteira assinada, nesses casos, é que o trabalhador assalariado não estaria atuando de forma temporária. (KON, 2003)

Para Santos (2006), o trabalhador autônomo ou por conta própria é aquele que têm o seu próprio domicílio como local de trabalho ou é proprietário de seus meios de produção, sem necessariamente, estar cobertos pela seguridade social. Desses trabalhadores não segurados destacam-se dois grupos: os que estão na informalidade como estratégia de sobrevivência e os que optaram, a partir de suas particularidades, pela atividade autônoma sem efetuar a formalização ou legalização. O autor chama a atenção para a inaplicabilidade da legislação social e trabalhista no trabalho autônomo e familiar e, por isso, são relativamente menores as práticas ilegais e fraudulentas no que se refere às relações de trabalho dessa categoria.

Pamplona (2003) acrescenta que o autoemprego tem sido considerado tanto a solução para “os males do mercado de trabalho” como também a própria manifestação destes. O autor sinaliza que muitos autores consideram essa forma de inserção no mercado como uma precarização do trabalho, pois, como já foi visto, essa categoria é bastante heterogênea, o que acarreta em desigualdades de acesso no mercado, bem como a diversidade na capacidade técnica e humana. E, ainda, complementa que nessa categoria existem grandes diferenças de renda, de perfil e de condições de trabalho e que também existem os que optaram por trabalhar como autônomos e os que trabalham dessa forma porque não encontraram melhores alternativas.

Chahad e Cacciamali (2005) esclarecem que o autônomo possui como característica básica a autonomia sobre o uso de sua capacidade de trabalho e a posse de instrumentos de trabalho. Para os autores, este eventualmente pode contar com o apoio de outras pessoas para auxílio de suas atividades, mas ele é quem gere a organização de sua atividade, a comercialização de seus serviços ou a oferta de seus produtos.

Diante de todas essas definições referentes ao trabalhador autônomo, salvo algumas pequenas variações, acredita-se que a definição trazida por estes autores convergem às principais características do conceito. Por isso, nos basearemos conceitualmente nela para quando nos referirmos ao trabalhador autônomo, que para nós, abarcará toda a

heterogeneidade da categoria excetuando os profissionais liberais. Além disso, todos os termos como por conta própria, autoempregado, autoemprego, *self-employed*, dentre outros, serão utilizados como sinônimo de autônomo.

6.2.1 O autônomo: do mundo ao município

Centeno (2000) afirma que, nos últimos anos, o autoemprego tem evoluído e, por isso, merece atenção tanto acadêmica quanto política. Ele comenta que, em vários países do mundo, como Alemanha, Canadá, Nova Zelândia, Países Baixos, Portugal e Suécia, foi registrado aumento da proporção desses trabalhadores, nas últimas décadas. Apresenta dados sobre a taxa de autoemprego relacionada ao emprego total, que demonstra um aumento gradual de 1984 a 1998, em diversos países do mundo e trazemos alguns dados como, por exemplo, em 1998 em alguns países essa taxa era de 22,74% na Itália, 17,61 na Espanha e de 16,86 na Nova Zelândia.

Centeno (2000) aponta, para os países desenvolvidos, uma correlação positiva entre legislação de proteção ao emprego e autoemprego, ou seja, quanto maior ou mais rígida a legislação de proteção ao emprego, maiores os índices de autoemprego no país. Acrescenta que alguns desses países criaram legislações específicas para os autoempregados, enquanto em outros países esses trabalhadores encontram-se incluídos no regime geral. Ainda que direcionado para a realidade de países do primeiro mundo, o autor indica uma preocupação relacionada aos sistemas de tributação e outras políticas do mercado de trabalho, que possam ter propiciado o surgimento de falsos autoempregos. O autor explica que este tipo de trabalho é bastante semelhante ao do empregado assalariado, porém, a diferença é que, em se declarando autônomo se reduzem encargos fiscais e ou as responsabilidades dos empregadores.

Já em uma pesquisa feita por Luber e Müller (1999), com autoempregados do sexo masculino, na Alemanha, Inglaterra e França, foi observada uma relação positiva entre a condição de autoempregado e o aumento da idade dos trabalhadores. Porém, de acordo com os autores, quando se fala de educação as características variam bastante entre os três países, como, por exemplo, na Alemanha encontrou-se a necessidade de uma alta especialização como determinante para ser um autoempregado.

Blanchflower (2004) realizou uma pesquisa com setenta países sobre o autoemprego. O autor aponta que nos países integrantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a condição de autoemprego aparece a uma taxa

relativamente baixa, tendo como exceção apenas o Reino Unido e a Nova Zelândia. Ele aponta que a probabilidade de um trabalhador ser um autoempregado nos países da OCDE é maior para o sexo masculino, além também de serem maiores entre os trabalhadores mais velhos comparados aos mais jovens. O mesmo autor, afirma que, diferentemente dos EUA, na Europa a probabilidade de pertencer a essa categoria diminui à medida que o nível de instrução aumenta. De outra parte, em sua pesquisa, também podemos constatar que este trabalhador vive sob muita pressão e que considera seu trabalho muito estressante, além de chegar em casa exausto. Além disso, segundo o autor, esses trabalhadores relatam ter problemas para dormir em função de preocupações e que não existe equilíbrio entre trabalho e lazer. Por outro lado, o autor comenta que apesar dos dados anteriores, esses trabalhadores sentem orgulho em dizer que têm controle sobre suas vidas e que estão satisfeitos com as vidas que levam.

Já, no Brasil, Kon (2003) verificou que esses trabalhadores são classificados em mais de a metade como semiqualeificados, os não qualificados são menos representativos. De acordo com a autora, esses trabalhadores semiqualeificados possuem características bastante heterogêneas, no que diz respeito ao rendimento médio e nível de instrução. A autora argumenta que a autonomia sobre o horário de trabalho, mais flexível, é bastante atrativa para as mulheres, quando estas tem a opção de desenvolver os trabalhos em seus próprios domicílios. Além disso, a autora relata uma série de ocupações desenvolvidas por esses profissionais como:

[...] sapateiro, costureira, carpinteiros, artistas plásticos, dentre outros; passando por ocupações de serviços pessoais, como manicures e massagistas; de serviços domiciliares, como jardineiros, faxineiras; até ocupações mais qualificadas de profissionais liberais, como médicos, dentistas, advogados, contadores; ou, ainda, ocupações que exigem elevada qualificação, porém não exigem nível superior de escolaridade, como esportistas, técnicos em setores da química ou da física, técnicos em manutenção de aparelhos ou instrumentos, dentre outros. (KON, 2003, p. 65).

Uma pesquisa do IBGE realizada em 2008 (IBGE, 2008), com seis regiões metropolitanas de Norte a Sul do país fez uma caracterização geral de quem é esse trabalhador. Segundo a pesquisa, havia 21,3 milhões de trabalhadores em toda a população ocupada e, destes, 4,1 milhões eram trabalhadores por conta própria, que representavam 19,2% do contingente de ocupados. A maioria era composta de brancos e 44,5% eram pretos e pardos, e do gênero masculino (60,8% do total). Embora a participação feminina fosse menor (39,2%), foi constatado um crescimento desta participação, desde 2002. Em relação à idade destes trabalhadores foi observado que a proporção de jovens é menor e sua maior incidência

ocorre no grupo de 50 a 59 anos de idade (22,4%). Os níveis de instrução fundamental incompleto e médio completo são os níveis de instrução mais frequentes. Com relação ao tempo de permanência no trabalho, verificou-se um percentual bem mais elevado do que aquele registrado para a população ocupada, ou seja, 81,1% dos trabalhadores por conta própria estavam há dois anos ou mais no trabalho, comparados a 68,6% para a mesma faixa de tempo de permanência no trabalho da população ocupada. (IBGE, 2008)

De acordo com os dados da mesma pesquisa, apenas 20,7% dos trabalhadores por conta própria contribuíam para a previdência, ou seja, mais de a metade não efetuava essa contribuição. Dentre os trabalhadores que contribuíam para a previdência o rendimento estimado era de R\$ 1.920,80; já para os que não contribuíam, o rendimento foi estimado em R\$ 776,40. O número médio de horas trabalhadas semanalmente pelos trabalhadores por conta própria ficou próximo daquele observado para a população ocupada. O rendimento médio dos trabalhadores por conta própria foi estimado em R\$ 1.013,50, mas aproximadamente 68,0% dos trabalhadores por conta própria recebiam abaixo de dois (2) salários mínimos. O rendimento das mulheres trabalhadoras por conta própria era inferior ao dos homens em 32,7%, maior que na população ocupada (29,0%). (IBGE, 2008)

Tedesco e Dalsoto (1995), por sua vez, afirmam que a partir de uma tendência mais global do Brasil, também se pode identificar essa situação em cidades como Passo Fundo, de população relativamente grande e com pouca oferta de emprego. Para os autores, a economia informal, em que o autônomo insere-se, é heterogênea por natureza e depende do ritmo da produção e do desenvolvimento econômico, num espaço de tempo específico. Os autores referem que em cidades predominantemente ligadas ao setor comércio e serviços, como Passo Fundo, é elevado o número de pessoas envolvidas na produção de atividades inseridas na informalidade e à margem das regulamentações do fisco. Os dados obtidos na Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuse – FEE (2012) reforçam a característica terciária do município de Passo Fundo: o setor terciário (comércio mais serviços) respondia por 81,4% do total do Produto Interno Bruto do município no ano de 2010; comparativamente aos 1,8% do primário e 16,8% do secundário.

No censo 2010, (IBGE, 2013) identificou-se que 99.673 era o número total de pessoas economicamente ativas (PEA) no município. Considerando que dessas, apenas 52.806 estavam inseridas no setor formal (BRASIL. MTE, 2013), o que se leva a deduzir que as 46.867 pessoas não incluídas pelo emprego formal ou estavam desempregadas ou trabalhando na informalidade.

6.2.2 O autônomo e a informalidade

Pamplona (2012) esclarece que as situações ocupacionais que compõem o setor informal ou a economia informal são os autônomos, os pequenos empregadores com até cinco empregados, e os seus trabalhadores, que podem ser familiares, aprendizes e assalariados. O autor inclui também os trabalhadores assalariados domésticos, já que estão empregados numa unidade não econômica, que é a família.

De acordo com Hallak Neto et al. (2012), o conceito de economia informal, compreendido como o agrupamento dos conceitos trabalho informal e setor informal, introduzido por estatísticos do trabalho, em um primeiro momento, não foi aceito em função dos diferentes objetivos e características de cada país, pois como ressaltam Moretto e Capacchi (2006), o setor informal pode ser identificado tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento. Cacciamali (2000) reconhece que o termo setor informal representa proprietários e trabalhadores de micro ou pequenas unidades produtivas com relação de trabalho e capital precariamente delimitados. Além disso, Organização Internacional do Trabalho (ILO 2002, apud HALLAK NETO et al., 2012, p.96) refere que o setor informal admite o não registro, a ilegalidade, como característica, mas não como critério único para defini-lo.

Já Kon (2004), baseada nas principais linhas teóricas sobre o trabalho informal, revela que a economia informal não pode ser entendida por uma definição simplista devido a suas interfaces sociais e econômicas. De acordo com a autora, muitos conceitos sobre a informalidade são adotados e vão mudando com o passar do tempo, na medida em que vão acompanhando as transformações das economias mundiais e do processo de “(sub)desenvolvimento”. Para ela, é inconcebível ainda tratar a economia informal como sinônimo de pobreza, pois suas ocupações são formas específicas de relacionamento de produção, e a pobreza é uma conotação ligada ao processo distributivo.

Em 2002, segundo Krein e Proni (2010), na 90ª Conferência Internacional do Trabalho, a OIT adotou uma abordagem mais ampla sobre a informalidade, reconhecendo a importância social e política daquelas atividades e assim passou a utilizar o termo economia informal. De acordo com os autores esse termo procura contemplar toda a diversidade e dinamismo encontrados neste universo complexo e heterogêneo. Outro ponto importante que os autores trazem é a concepção de que não existem de forma estanque dois setores, mas sim graus de formalização que variam na estrutura econômica de uma total formalidade a uma

total informalidade. Assim, ressaltam os autores que as políticas públicas deveriam focar-se na promoção do trabalho decente.

Abramo (2012) afirma que a OIT, em 1999, formalizou o conceito de “Trabalho Decente”. Para a autora, este conceito seria uma síntese da missão da OIT, no sentido de promover um trabalho produtivo, de qualidade, com liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. Além disso, a autora resalta que o trabalho decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza. Já a Agenda Nacional de Trabalho Decente – ANTD (2006) acrescenta que o trabalho decente é aquele que é adequadamente remunerado e capaz de garantir uma vida digna. De acordo com a ANTD, a OIT se baseia em quatro pilares para uma estratégia de consolidação e propagação do trabalho decente:

a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social. (ANTD, 2006, p.5)

Entretanto, Chahad e Cacciamali (2005) destacam que cada vez mais aumenta a dificuldade de distinguir, no mercado de trabalho contemporâneo, as categorias ocupacionais presentes na relação entre capital e trabalho como o empregado, o trabalhador por conta própria independente e o empregador. Para eles, ocupações que poderiam ser consideradas como autoemprego e pequeno empresário, na realidade, acabam de fato sendo relação de emprego disfarçada. Nesse sentido, Krein e Proni (2010) destacam a multiplicidade das formas de contratação atípicas:

[...] terceirização, sub-contratação, pessoa jurídica (PJ), cooperados, autônomo proletarizado, contratação por prazo determinado, trabalho estágio, contrato em tempo parcial, contrato de experiência, contrato por obra certa, contrato de safra, contrato temporário, moto-boy, caminhoneiro autônomo, trabalhador avulso, trabalho em domicílio, tele-trabalho, feijonismo, free lance, etc.(KREIN; PRONI, 2010, p. 29).

Os autores colocam que algumas dessas expressões são muito antigas, mas reaparecem nos anos recentes. Esses termos, para eles, significam uma forma de burlar as implicações da relação de emprego padrão, que garantem os direitos trabalhistas e previdenciários, na perspectiva de reduzir os custos e/ou aumentar a liberdade do empregador na dispensa dos trabalhadores.

De acordo com os mesmos autores, a OIT reconhece que a informalidade é um fenômeno em expansão e que talvez nunca seja eliminado, passando a defender a necessidade de intervenções públicas voltadas para a diminuição gradual da distância existente entre o padrão de emprego definido para as atividades formais e as condições de trabalho predominantes nas atividades informais. Assim, afirmam Krein e Proni (2010, p.13), “seria necessário providenciar o reconhecimento legal dos trabalhadores informais e o seu acesso a um conjunto de direitos e proteções sociais, assim como à representação de seus interesses junto ao Estado”.

Em isso ocorrendo, talvez fosse possível vislumbrarmos alguma esperança no sentido oposto ao hábito usual do brasileiro de pensar e trabalhar em curto prazo. (NERI, 2007). Este autor retoma a teoria do ciclo de vida de Franco Modigliani (1986) que trata do comportamento financeiro das pessoas à medida que envelhecem e das suas motivações para as demandas de longo prazo como, por exemplo, em relação à aposentadoria. Segundo o autor, de acordo com a teoria, a expectativa de diminuição da renda do trabalho na terceira idade induz as pessoas a uma acumulação financeira prévia, a fim de bancar um padrão estável de consumo e de bem-estar durante os anos finais da vida. Porém, como vimos no caso do autônomo brasileiro, a tendência é da minoria contribuir para a previdência, o que indica pouca preocupação a esse respeito.

7 Pressupostos

Os trabalhadores autônomos não percebem seu processo de envelhecimento de forma ampla e aprofundada e conseqüentemente atuam de forma discreta no sentido do envelhecimento ativo. Ou seja, atendem as demandas da brevidade da vida, não considerando a longevidade e seus impactos na saúde e no bem viver.

Não dimensionam o envelhecimento e o quanto isso é relevante em função da peculiaridade de sua atividade de trabalho, no sentido de impactar negativamente em função dessa não percepção. Pois o trabalho em si, a atividade que eles desenvolvem, muitas vezes depende da condição física e de atitudes por eles assumidas.

8 Metodologia

8.1 Delineamento geral do estudo

O estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa com caráter exploratório e descritivo, que será desenvolvida com trabalhadores autônomos no município de Passo Fundo (RS). Além da revisão da literatura também se levará em conta para a análise de como esses trabalhadores estão vivendo o seu processo de envelhecimento, os determinantes do envelhecimento ativo, definidos pela OMS (2005) principalmente os determinantes econômico e comportamental.

8.2 População de estudo e procedimento amostral

A população do estudo será constituída por aproximadamente 10 trabalhadores autônomos do município de Passo Fundo, com idades entre 30 e 59 anos, que estejam atuando somente como autônomo no mínimo há um ano, e que aceitem participar voluntariamente da pesquisa. Para este estudo, serão considerados trabalhadores autônomos, o que Chahad e Cacciamali (2005) definem como aquele trabalhador que possui autonomia sobre o seu trabalho e a posse dos instrumentos de trabalho. De acordo com os autores ele é quem gere a organização de sua atividade, a comercialização de seus serviços ou a oferta de seus produtos.

Por essa categoria ser considerada bastante heterogenia, optou-se por excluir os profissionais liberais. Estes profissionais são considerados trabalhadores autônomos, entretanto possuem ensino superior e atuam profissionalmente na sua formação, como por exemplo: médicos, advogados, psicólogos, entre outros.

A escolha do intervalo de idade deve-se as características etárias que mais representam essa categoria e também para observar o fenômeno em pessoas que estão vivendo o processo de envelhecimento, mas que ainda não alcançaram a velhice. Segundo a OMS (WHO, 2005) nos países em desenvolvimento como no caso o Brasil, as pessoas com 60 anos ou mais já são consideradas idosas.

Segundo pesquisa do IBGE (2008) sobre essa forma de inserção no mercado de trabalho, os grupos de idade mais jovens são menos numerosos, ocorrendo um aumento gradual até 44 anos, onde existe uma discreta diminuição no grupo etário que vai dos 45 aos 49 anos, e no grupo seguinte de 50 a 59 anos, atinge sua maior incidência. Pamplona (2012) corrobora com outros autores e reforça essa ideia quando aponta que os jovens tenderiam a

fracassar mais no autoemprego. Da mesma forma, este autor complementa que pessoas mais maduras conseguem estabelecer contatos comerciais e sociais com mais facilidade, além de possuírem, em tese, mais experiência e melhor julgamento, o que tenderia a impactar positivamente nas dificuldades iniciais de uma atividade autônoma.

O procedimento amostral será por inclusão gradual, o que Flick (2004) denomina de amostragem teórica gradual, ou seja, novos sujeitos serão incluídos na amostra e ela será finalizada quando ocorrer a saturação teórica dos temas a serem analisados. O autor refere que na amostragem teórica gradual os indivíduos são selecionados de acordo com o nível de conteúdo empírico que irão agregar à pesquisa, por isso o critério é teórico, que consiste em avaliar o quanto o caso seguinte será relevante e promissor para a pesquisa. Flick (2004) entende como saturação teórica o momento em que os conteúdos coletados não apresentam mais novidades, ou seja, quando as informações começam a repetir-se.

Por esse motivo, o número de dez participantes é aproximado, no sentido de que, se houver saturação teórica antes, a população se constituirá com menos de dez pessoas, bem como se com dez pessoas ainda não houver saturação teórica a população será maior. De acordo com Minayo (2010), o critério para uma amostra ideal em uma pesquisa qualitativa não é o numérico, mas o que o pesquisador deve se atentar é a busca por uma amostra que reflita a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo. Assim, a quantidade de entrevistas deve ser dimensionada pelo critério de saturação, que a autora explica como sendo quando o conhecimento apreendido pelo pesquisador supre as necessidades de seu objetivo.

8.3 Procedimentos de coleta de dados

A partir da rede de contatos da pesquisadora, serão indicados os trabalhadores autônomos, e estes serão identificados de acordo com os critérios de inclusão. A população do estudo irá constituir-se de trabalhadores que prestam serviços somente como autônomos em atividades como manicure, encanador, eletricista, caminhoneiro, massagista, entre outros. Todos os sujeitos previstos na seleção amostral serão do município de Passo Fundo, atenderão os critérios de inclusão e serão incluídos na pesquisa até constituir uma amostra que contemple o fenômeno investigado, por saturação dos dados.

Cada sujeito indicado será contatado por telefone, no qual, será identificado se este corresponde a proposta deste estudo. Em caso afirmativo será feito o convite e agendamento para a entrevista, em horário e local conforme disponibilidade e preferência do sujeito. Após assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, os dados serão coletados por meio

de entrevistas utilizando-se um roteiro norteador (Apêndice 2). As entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas na íntegra, para análise.

8.4 Análise dos dados

Os dados serão analisados de forma qualitativa, por meio de revisão da literatura, utilizando como técnica para a interpretação dos mesmos o método de análise de conteúdo. Optou-se por essa técnica, pois objetiva-se atingir uma análise mais profunda do material, ultrapassando os sentidos manifestos. (MINAYO, 2010). Para tanto, de acordo com a autora, será utilizada a modalidade de análise temática da análise de conteúdo, de forma a descobrir os núcleos de sentidos dos discursos por meio dos temas que denotarão significados e valores para os sujeitos analisados.

8.5 Considerações éticas

De acordo com a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde sobre a participação de seres humanos na pesquisa científica, cabe ressaltar alguns pontos importantes pertinentes ao presente estudo.

Os sujeitos receberão as informações devidamente necessárias para que possam decidir de forma livre e consciente a sua participação na pesquisa. Estes também saberão da possibilidade de desistir da sua participação em qualquer etapa do processo. Além disso, o sigilo sobre sua identidade e sua privacidade, a proteção a sua imagem e a não estigmatização também serão garantidos. Assim, será fornecido um termo de consentimento livre e esclarecido para que os mesmos assinem, bem como os responsáveis pela pesquisa.

Ressalta-se a importância do respeito aos participantes da pesquisa considerando como ponto essencial para a realização da mesma. Conforme a resolução 196/96 deve-se “[...] sempre trata-los em sua dignidade, respeitá-los em sua autonomia e defende-los em sua vulnerabilidade; [...]”. Dessa forma, se preza pelo bem-estar dos sujeitos, bem como se acredita que os resultados desse estudo trarão mais benefícios, como reflexão acerca do seu processo de trabalho na perspectiva de viver e envelhecer, do que possíveis ônus como abalos emocionais, que caso ocorram, serão acolhidos pela pesquisadora psicóloga e, devidamente encaminhados. Estes terão liberdade de acesso aos dados da pesquisa bem como aos seus resultados.

9 Cronograma

a) Anos	2012				2013												
b) Meses	09	10	11	12	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	01
Elaboração do projeto	x	x	x	x	x												
Revisão bibliográfica	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Contato com os sujeitos								x	x								
Coleta dos dados								x	x	x							
Análise dos dados								x	x	x	x						
Relatório												x	x	x	x		
Elaboração de artigos científicos													x	x	x	x	
Divulgação dos resultados																x	x

O quadro acima ilustra a organização do roteiro de trabalho para a realização da pesquisa proposta.

10 Orçamento

Material	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)
Gravador	01	250,00	250,00
Livros	10	50,00	500,00
Folha	1500	0,06	90,00
Transporte (gasolina, l)	370	2,69	995,30
Fotocópia	500	0,20	100,00
Contato telefônico	20	5,00	100,00
Impressão /encadernação	20	5,00	100,00
Divulgação (eventos)	02	500,00	1.000,00
Total (R\$):		3.135,30	

O quadro acima demonstra a previsão de investimento financeiro para a realização da pesquisa proposta.

11 Referências

ABRAMO, Laís. Prefácio. In: GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação**. Brasília: OIT, 2012. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/relatoriotrabalhodecentetotal_876.pdf. Acesso em jan. 2013.

AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE – ANTD. A. Antecedentes. In: **Gerar trabalho decente para combater a pobreza e as desigualdades sociais**. Brasília, 2006. Disponível em: www.mte.gov.br/rel.../pub_Agenda_Nacional_Trabalho.pdf Acesso em jan. 2013.

ALBUQUERQUE, Sandra Márcia Ribeiro Lins de. **Envelhecimento ativo: desafios dos serviços de saúde para a melhoria da qualidade de vida dos idosos**. Tese (Doutorado em Medicina) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BLANCHFLOWER, David G. Self-Employment: More may not be better. **NBER Working Paper n. 10286**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, Feb. 2004. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w10286>. Acesso em: out. 2012.

BRÊTAS, Ana Cristina Passarella; OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Interseções entre as áreas de conhecimento da Gerontologia, da Saúde e do Trabalho: questões para reflexão. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.8, n.2, p. 59-82, 1999.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.9, n.1, p. 153-174, 2000.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. Envelhecimento, Pobreza e Proteção Social na América Latina. **Texto para discussão n° 1292**, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, jul. 2007. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_eixos/8.pdf. Acesso em: jul. 2012

CARLOS, Sergio Antonio. Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento. Porto Alegre: Ufrgs, s.d. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/e-psico/publicas/humanizacao/index.htm> . Acesso em jan. 2013.

CENTENO, Mário. O auto-emprego será resposta à rigidez do mercado de trabalho? **Boletim Económico**, Banco de Portugal, p. 27-35, dez. 2000. Disponível em: http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/BEAnteriores/Documents/bo1_dez00_p.pdf. Acesso em: dez. 2012.

CHAHAD, José Paulo Zeetano; CACCIAMALI, Maria Cristina. As transformações estruturais no setor de transporte rodoviário e a reorganização no mercado de trabalho do motorista de caminhão no Brasil. In: Encontro Nacional da ABET, 9, 2005, Recife. **Anais...** Recife: ABET, p. 6-26, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE - CNS. **Resolução N° 196 de 10 de Outubro de 1996**. Brasília, 1996. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm. Acesso em: jan. 2013.

DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira. Compreendendo o “envelhecimento ativo” como uma política de saúde. **Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 4, n.17, p. 134-134, 2007.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

_____. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMAUEL HEUSE – FEE. **PIB. PIB Municipal série histórica 1999-2010**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_sh.php Acesso em 10 dez. 2012.

GALEAZZI, Irene Maria Sassi. O trabalhador por conta própria na RMPA. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.22, n.2, p. 165-180, 1994.

HALLAK NETO, João; et.al. Setor e emprego informal no Brasil: análise dos resultados dos resultados da nova série do sistema de contas nacionais – 2000/07. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.21, n.1, p. 93-113, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Trabalhadores por Conta Própria Perfil e Destaques**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/partel.pdf. Acesso em nov. 2012.

_____. **Dia Nacional do Idoso**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/idoso/home.html>. Acesso em jan. 2013.

_____. **Projeção da População do Brasil população brasileira envelhece em ritmo acelerado**. Rio de Janeiro, 2008 (Comunicação Social). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1272. Acesso em jan. 2013.

_____. Canais. @Cidades. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso: 20 jan. 2013.

JACOB FILHO, Wilson. Fatores determinantes do envelhecimento saudável. **Boletim Instituto de Saúde**, São Paulo, n. 47, p. 27-32, abr. 2009.

JAKOBSEN, Kjeld A.; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. Introdução. In: JAKOBSEN, Kjeld A.; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (org.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. p.7-10.

KACHAR, Vitória. Envelhecimento e perspectivas de inclusão digital. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v.13, n. 2, p. 131-147, 2010.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; ROSA, Tereza Etsuko da Costa. Direitos Humanos, envelhecimento ativo e saúde da pessoa idosa: marco legal e institucional. **Boletim Instituto de Saúde**, São Paulo, n.47, p. 4-8, abr. 2009.

KLETEMBERG, Denise Fauz et al. A construção histórica do conhecimento da enfermagem gerontológica no Brasil. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v.12, n.4, p. 787-796, out./dez. 2010.

KON, Anita. As trabalhadoras por conta própria no Brasil: diferenças entre os gêneros. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre, v. 3, p. 49-66, 2003. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/search/authors/view?firstName=Anita&middleName=&lastName=Kon&affiliation=>. Acesso em: nov. 2012.

KON, Anita. Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. In: Encontro Nacional da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Economia – Anpec, 32, João Pessoa, 7 a 10 dez. 2004. **Anais...** João Pessoa, 2004. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A156.pdf . Acesso em: out. 2012.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Brasília: OIT, 2010. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/employment/pub/economia_informal_241.pdf. Acesso em: nov. 2012.

KRELING, Norma Herminia. O envelhecimento do trabalhador impõe novos desafios às políticas públicas. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 47-62, 2010.

LEBRÃO, Maria Lúcia. Epidemiologia do envelhecimento. **Boletim Instituto de Saúde**: São Paulo, n.47, p.23-26, abr. 2009.

LOHMANN, Henning; LUBER, Silvia; MÜLLER, Walter. Who is Self-Employed in France, the United Kingdom and West Germany? Patterns of Non-Agricultural Self-Employment. **Arbeitspapiere n. 11**. Mannheim, Mannheimer Zentrum für Europäische Sozialforschung, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORETTO, Cleide Fátima; CAPACCHI, Maristela. In: MORETTO, Cleide Fátima (org). **Trabalho e Trabalhadores**: significados e significâncias. Editora Unijuí: Ijuí, 2006. p.151-180.

NERI, Anita Liberalesso. O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto v. 14, n.1, p. 17-34, 2006.

NERI, Marcelo Cortes. Renda, consumo e aposentadoria: evidências, atitudes e percepções. **Ensaio Econômico n.663**: Rio de Janeiro: Escola de Pós-Graduação e Economia /FGV, dez. 2007.

PAMPLONA, João Batista. **O auto-emprego e os determinantes de seu sucesso**. São Paulo: Grupos de Pesquisa Economia Industrial Trabalho e Tecnologia, PUC-SP, 2003. Disponível em: http://www4.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003_joaopamplona.pdf. Acesso em nov. 2012.

_____. **Erguendo-se pelos próprios cabelos**: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil. São Paulo: Germinal / FAPESP, 2001.

_____. **Caminhos para o centro:** estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/static/uploads/dezseispamplona.pdf>. Acesso em nov. 2012.

PEDROSO, Augusto Aldori; DIEHL, Astor Antônio. Cartografia do estudo sobre o envelhecimento humano no estado do Rio Grande do Sul. **Revista Portal de Divulgação:** São Paulo, v. 2, n. 21, p. 10-22, 2012.

PEDROSO, Augusto Aldori; DIEHL, Astor Antônio. Tendências dos estudos sobre o envelhecimento humano no Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Portal de Divulgação:** São Paulo, v. 2, n. 22, p.18-31, 2012.

PICHLER, Walter Arno. Avanço da precariedade no mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, nos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 30, n. 4, p. 215-242, 2003. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1428/1792>. Acesso em: out. 2012.

ROBLEDO, Luis. M. Gutiérrez. Concepción holística del envejecimiento. In: ANZOLA PÉREZ, E. et. al. (Org.). **La atención de los ancianos:** un desafío para los años noventa. Washington D.C.: OPS, p. 34-41, 1994.

SANT'ANNA, Rogéria Motta de; et. al. Mobilidade na Terceira Idade: como planejar o futuro. **Textos Envelhecimento**, Rio de Janeiro, v.6, n.2, p.5-6, 2003.

SANTOS, Anselmo Luis dos. **Trabalho em pequenos negócios no Brasil:** impactos da crise no final do século XX. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SANTOS, Silvana Sidney Costa. Gerontologia e os pressupostos de Edgar Morin. **Textos Envelhecimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 77-91, 2003.

SÜSSEKIND, Arnaldo. Da Relação de Trabalho. **Revista TST**, Brasília, v. 75, n. 4, p.17-24, 2009.

TEDESCO, João Carlos; DOLSOTO, Adelar. Desvendando o invisível: considerações introdutórias acerca na informalidade. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 3, n. 5, p. 79-105, 1995.

TEIXEIRA, Ika Nicéia D'Aquino Oliveira; NERI, Anita Liberalesso. Envelhecimento bem-sucedido: uma meta no curso da vida. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 19, n.1, p. 81-94, 2008.

VIEIRA, Kay Francis Leal et al. Representações Sociais da Qualidade de Vida na Velhice. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.32, n.3, p.540-55, 2012.

WONG, Laura Rodríguez; MOREIRA, Morvan de Mello. Envelhecimento e Desenvolvimento Humano: as transformações demográficas anunciadas na América Latina (1950-2050). In: REUNIÓN NACIONAL DE INVESTIGACIÓN DEMOGRÁFICA EN MÉXICO, 6. Balance y Perspectivas de la Demografía Nacional ante el Nuevo Milenio, 2000. **Anais...** Disponível em: http://www.4shared.com/office/-I0yN1mz/wong_moreira_ENVELHECIMENTO_E_.htm. Acesso em: out. 2012.

Vida e trabalho em uma perspectiva longa: atenção aos trabalhadores autônomos

WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. **Envelhecimento Ativo:** uma política de saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005. Disponível em: www.prosaude.org/publicacoes/diversos/envelhecimento_ativo.pdf. Acesso em: out. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

Universidade de Passo Fundo

Faculdade de Educação Física e Fisioterapia

Programa de Pós-Graduação em Envelhecimento Humano

Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa sobre “Vida e trabalho em uma perspectiva longa: representações de trabalhadores autônomos” (título provisório), sob responsabilidade da pesquisadora Yasmine Komerowski Anusz que está sob orientação e coorientação das Profas. Dras. Cleide Fátima Moretto e Helenice de Moura Scortegagna. Esta pesquisa tem por objetivo conhecer as representações do trabalhador autônomo sobre seu processo de viver e envelhecer.

A sua participação na pesquisa será de apenas um encontro com duração de aproximadamente uma hora e meia. O local e hora desse encontro serão previamente combinados. As suas informações serão gravadas e posteriormente destruídas e os dados relacionados à sua identificação não serão divulgados.

Caso ocorra algum desconforto psicológico como ansiedade, manifestações de fortes emoções, como choro, por recordar determinadas situações, ou demonstrar algum tipo de constrangimento decorrente da sua participação na pesquisa, a pesquisadora, que é psicóloga e especialista em avaliação psicológica, compromete-se em interromper a entrevista e lhe prestar acolhimento. Caso não haja condições de prosseguir a entrevista a pesquisadora se compromete ainda de orientá-lo (a) e encaminhá-lo (a) para a rede pública de apoio psicológico do município.

Além disso, a sua participação nessa pesquisa **não** é obrigatória e você pode desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento. E caso tenha alguma despesa relacionada à pesquisa, você terá o direito de ser ressarcido (a), mas a sua participação no estudo não será remunerada.

Ao participar da pesquisa, você estará contribuindo para a ampliação de conhecimento científico sobre sua categoria profissional, o que poderá contribuir para melhoria na qualidade de vida dessa população. Você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa e poderá ter acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo. Os resultados da pesquisa serão divulgados provavelmente em congressos e artigos científicos, mas você está assegurado do sigilo e da confidencialidade dos dados.

E por fim, caso você tenha dúvidas sobre o comportamento da pesquisadora ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam neste TCLE, e caso se considere prejudicado (a) na sua dignidade e autonomia, você pode entrar em contato com a pesquisadora (telefone: 54 99959762), ou com o curso Mestrado em Envelhecimento Humano - UPF, ou também pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da UPF, pelo telefone (54) 3316 8370.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, coloque seu nome no local indicado abaixo.

Desde já, agradecemos a sua colaboração e solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que será também assinado pelo pesquisador responsável em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o (a) pesquisador (a).

Passo Fundo, ____ de ____ de 2013.

Nome do (a) participante: _____

Assinatura: _____

Nome da pesquisadora: Yasmine Komerowski Anusz

Assinatura: _____

APÊNDICE 2

Instrumento de coletas de dados



Vida e trabalho em uma perspectiva longeva: representações de trabalhadores autônomos

Roteiro de Entrevista

Caracterização do sujeito:

Idade:

Sexo:

Nível de escolaridade:

Com quem reside?

Qual a sua atividade profissional?

Tempo que trabalha? E como autônomo?

Local no qual desenvolve sua atividade laboral:

Possui registro na Prefeitura? Outra inscrição para a atividade?

Contribui para a previdência? Como/ qual tipo?

Número de horas que trabalha por dia/ semana:

Qual a média de renda bruta mensal? Esse rendimento é constante?

A sua renda é a principal na unidade familiar em que reside?

Tem plano de saúde? Qual tipo?

Roteiro norteador:

Conte-me a sua trajetória profissional?

Como é viver (dia a dia) sendo um trabalhador autônomo?

Você pensa sobre o seu futuro (programa, planeja)? Fale um pouco sobre isso (ações concretas).

O que significa envelhecimento para você?

Você pensa na sua velhice?

